

Brasília

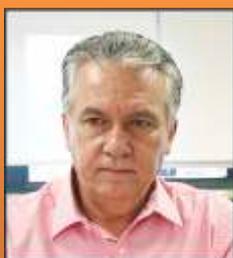
em debate

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan - Ano 2014 - Nº 6 - abril

A questão urbana em Brasília



Política Cultural do DF
Juventude e educação na AMB
Novas formas de viver



Entrevista Especial - Geraldo Magela

Planejamento urbano e regional no Distrito Federal

codeplan

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

MISSÃO

Apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamental e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Brasília em debate - Ano 2014 - nº 6 - abril
1. Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)
ISSN - 2316-820X

Índice

Apresentação	4
Carta ao Leitor	5
Entrevista Especial - Geraldo Magela	7
Bolha imobiliária em Brasília: fato ou falsa impressão? José Luiz Pagnussat	11
Juventude e Educação na AMB entram nas áreas de pesquisa da UnB Ana Maria Nogales Vasconcelos	17
O perfil (parcial) da cultura no Distrito Federal Romário Schettino	23
Políticas Sociais no Distrito Federal Oswaldo Russo	27
O significado do golpe de 1964 Gilney Viana	33
Idecon-DF Sandra Regina	35
Inflação Newton Marques	37
Viver só, sem filhos ou com a família Valda Queiroz	38
Artesanato local reproduz a cultura de Brasília em peças artísticas - Sebrae Nathália Borgo	40
Solteiros representam quase 40% da população do Distrito Federal Iraci Peixoto	41

Brasília em debate

Abril
Ano 2014 - nº 6

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador

Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN

Paulo Antenor de Oliveira - Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL CODEPLAN

Júlio Miragaya - Presidente

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Júlio Miragaya - Diretor

Diretoria Administrativa e Financeira

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Oswaldo Russo de Azevedo - Diretor

Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais

Wilson Ferreira de Lima - Diretor

Secretário Geral

Edivan Batista Carvalho - Secretário

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Antenor de Oliveira

Júlio Miragaya

Oswaldo Russo

Aldo Paviani

Ana Maria Nogales

Décio Munhoz

Roberto Piscitelli

Jusçanio Souza

Iraci Peixoto

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Deborah Andrade

Jornalista Responsável

Valda Queiroz (Reg. Prof.: 426-DF)

Editoração eletrônica e capa

Maurício Suda

Fotografia

Toninho Leite

Apoio

Cleusa Rocha, Eliane Menezes, Laerte Gouveia,
Mauro Moncaio, Nilva Rios e Vânia Galvão

Estagiários

Júlio Poloni, Marla Marçal e Thyanne Tavares

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Periodicidade: trimestral
Tiragem impressa: 3,5 mil exemplares; policromia; 44 páginas.
Versão online: www.codeplan.df.gov.br
ISSN 2316-820X
Impressão: Gráfica Saturno
Pré-Impressão: Colorpress

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CODEPLAN

SAM - Projeção H

CEP: 70.620-000 - Brasília - DF

Tel.: (0xx61) 3342-1021/1152

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Apresentação

Esta 6ª edição da Revista Brasília em Debate traz temas atuais e instigantes:

O PPCUB - Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília pautou a entrevista especial com Geraldo Magela, ex-secretário da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab/DF). Entre outros pontos controversos, Magela fala das mudanças necessárias à Capital: "Cidades só não mudam se nelas não existirem pessoas habitando. Onde houver pessoas, tem de haver mudanças."

Desde a crise financeira americana de 2008, desencadeada pelo crescimento da inadimplência nos financiamentos imobiliários, especula-se sobre uma possível bolha imobiliária em Brasília. O artigo de José Luiz Pagnussat avalia se isto é fato ou falsa impressão.

Ana Maria Nogales, professora do Departamento de Estatística da UnB oferece em seu artigo uma visão sobre as características sociodemográficas e o acesso à Educação dos jovens de 15 a 24 anos que vivem na Área Metropolitana de Brasília.

Pesquisa sobre o perfil da cultura no Distrito Federal, apontada no artigo de Romário Schettino, pode contribuir na definição das vocações de cidades como Brazlândia - artesanato? -, Taguatinga e Plano Piloto - teatro e cinema? -, Ceilândia - música nordestina?

No artigo de Oswaldo Russo, uma análise das políticas sociais desenvolvidas pelo governo do Distrito Federal.

Brasília em Debate sugere dois livros: "Agenda Social - Enfrentando Dificuldades" de Oswaldo Russo e "Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira" assinado por Aldo Paviani, Suely Gonzales e Jorge Francisconi.

O golpe de 1964 e a consequente ditadura militar expressaram os interesses da burguesia, especialmente de uma parcela associada ao capital estrangeiro e aos latifundiários. No artigo de Gilney Viana, coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da SDH/Presidência da República, um relato pessoal e histórico do Brasil dos "anos de chumbo".

O Idecon 2013 - 1,2% - e a Inflação do primeiro trimestre de 2014 - 0,83% -, estão nas análises de Sandra Regina Andrade Silva e Newton Marques.

Na reportagem de Valda Queiroz o jeito moderno de viver, seja sozinho ou em família ou sem filhos. Um estudo da economista Iraci Peixoto reforça o tema com dados e outras informações estatísticas deste cenário brasileiro: os solteiros já são quase maioria no Distrito Federal.

Outra reportagem mostra que a cultura de Brasília se reproduz e se expressa em artesanato e peças artísticas, e que os artistas locais, beneficiados por projeto do Sebrae-DF, ganham destaque e potencializam negócios.

Nesta edição de Brasília em Debate, peço licença para abordar um assunto de âmbito nacional e que diz respeito à nossa soberania. Há cerca de um mês, a agência de rating Standard & Poor's (S&P), sediada em Nova Iorque, rebaixou a “nota” conferida ao Brasil (aos fundamentos da economia brasileira) de “BBB” para “BBB-”. Quais as reais razões, entretanto, para o rebaixamento?

Os argumentos centrais apresentados pela S&P foram o baixo crescimento econômico do país, o insuficiente superávit primário, a elevada dívida pública e a vulnerabilidade externa, além de outros, como uma excessiva atuação dos bancos públicos (sic). Tais argumentos seriam verdadeiros? Deve-se questionar, inicialmente, a total ausência de critérios na aplicação das variáveis. A economia do México, por exemplo, cresceu apenas 1,2% em 2013, menos da metade do crescimento do PIB do Brasil (2,3%), mas sua nota foi mantida em um nível superior (A3). Terá sido porque o México é tido como “queridinho do mercado” por seguir a cartilha neoliberal?

O superávit primário no Brasil, 1,9% do PIB, foi considerado insuficiente, mas o Brasil é um dos países do G-20 com maior superávit primário. Por que considerá-lo insuficiente e fechar os olhos aos demais? A dívida pública bruta brasileira, de 57% do PIB, é praticamente a metade da norte-americana (106%). As agências não têm isenção para avaliar os fundamentos da economia norte-americana? Por fim, a relação entre compromissos externos de curto prazo e de longo prazo vincendos sobre as reservas internacionais, que mede o grau de vulnerabilidade externa, é no Brasil de apenas 24%, abaixo dos 60% do México (A3), 127% do Chile (Aa3) e 136% da Polônia (A2), todos, contudo, com “nota” superior a do Brasil. Cadê a isenção na aplicação dos critérios? Deve também ser questionada a não consideração de outras variáveis para determinar a saúde econômica e financeira de um país, tais como a geração de emprego, a elevação da renda média da população e a própria distribuição desta. O México, por exemplo, gerou apenas 200 mil empregos em 2013, sete vezes menos que o Brasil.

Evidente que a situação econômica brasileira não é confortável. Acumulam-se problemas conjunturais e estruturais, como a ampliação do déficit em transações correntes, que em 2013 atingiu 3,5% do PIB. Ocorre, que a S&P rebaixou a “nota” brasileira, mas manteve a de outros países que estão em pior situação. De outro lado, outras agências têm considerado os fundamentos econômicos do país como estáveis, não obstante os

problemas existentes, alinhados com as dificuldades da quase totalidade dos países emergentes em função da crise econômica mundial.

As consequências advindas do rebaixamento pela S&P são os evidentes prejuízos à economia nacional, elevando o custo de captação de financiamento externo por parte do governo federal e de diversas empresas nacionais. Isso, no limite, pode configurar um cenário propício a situações de ataques especulativos contra a economia brasileira. O substantivo ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), fonte essencial e desejável de financiamento de nosso balanço de pagamentos, pode ser prejudicado com a medida da S&P. Aliás, a alegação de que investidores estrangeiros estão receosos de investir no Brasil cai por terra confrontada com o fato de termos sido o 4º país do mundo em recepção de investimentos externos em 2013, com o ingresso de mais de 60 bilhões de dólares. Deve-se registrar, ainda, que no final de março, o Ibovespa subiu nada menos que 12,1%, recuperando toda a perda ocorrida desde janeiro de 2014, em face, sobretudo, do ingresso na Bolsa de R\$ 2,2 bilhões de investidores estrangeiros. A pergunta que deve ser feita é: a serviço do que estão essas agências? Merece credibilidade uma agência que, às vésperas da quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008, conferia uma elevada nota ao referido banco?

O Presidente da Vale, Murilo Ferreira, contestando analistas do mercado financeiro que apostavam numa crise financeira na China, afirmou que “A China tem as maiores reservas do mundo, 4 trilhões de dólares. Parece, para esses analistas, que quem tem dívida de 17,3 trilhões de dólares é a China. Mas não, são os EUA, exatamente de onde surge a maior parte desses relatórios”. Trata-se exatamente disso. Tanto o relatório negativo sobre a China quanto a decisão da S&P surgem nos EUA.

Há 50 anos, o imperialismo norte-americano atuou diretamente para derrubar o governo eleito no Brasil, patrocinando uma ditadura sanguinária (ver artigo de Gilney Viana), iniciando uma série de regimes ditatoriais na América Latina. O rebaixamento perpetrado pela S&P é mais que um ataque à soberania nacional, trata-se de uma interferência no processo político-eleitoral em curso, buscando gerar “artilharia” para forças da oposição.

Júlio Miragaya
Presidente da Codeplan

Atendimento ao Cidadão

Pela Central de Relacionamento do GDF você obtém informações, orientações, dá sugestões e pode fazer reclamações sobre serviços prestados pelo GDF

A ligação é gratuita!

156	Opção 1	Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua - Sedest
	Opção 2	Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado - Secretaria de Educação
	Opção 3	IPTU, IPVA, Nota Legal - Secretaria de Fazenda
	Opção 4	Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre - DF Trans(*)
	Opção 5	Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote - CODHAB
	Opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
	Opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-racial
	Opção 8 sub opção 4	Inscrição e agendamento para efetivação de matrícula nos cursos do programa Fábrica Social
160	Opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
	Opção 2	Agendamento e solicitação de doação de sangue - Fundação Hemocentro de Brasília
	Opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos
	Opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
162		Reclamações, elogios, sugestões e solicitações - Ouvidoria do GDF (*)
192		SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060		Combate à Corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações

Horário de funcionamento (exceto SAMU)

Segunda a sexta-feira : 7h às 21h

Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

(*) Segunda a sexta-feira : 7h às 19h

Planejamento urbano e regional no Distrito Federal

Para o ex-secretário o PPCUB vai preencher uma lacuna legal e possibilitar que as pessoas entendam o que é permitido construir na área tombada.

O deputado federal, Geraldo Magela, deixou a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab) no dia 4 de abril último e retornou ao Congresso Nacional. No entanto, como protagonista das discussões do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), o ex-secretário diz que ele vem preencher uma lacuna legal e vai possibilitar que todas as pessoas entendam o que é permitido construir na área tombada da capital. Acrescenta que até hoje não temos um plano de preservação e nem uma lei local sobre o assunto. Existe apenas uma Portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que reconhece a necessidade de atualização da norma.



Nesta entrevista à revista *Brasília em debate*, Geraldo Magela refere-se às críticas ao PPCUB “algumas feitas sem conhecimento do que estava sendo debatido e outras sob o argumento técnico, mas com outros objetivos, especialmente econômicos e eleitorais”. Em relação à dinâmica das cidades, disse que “elas só não mudam se nelas não existirem pessoas habitando. Onde houver pessoas certamente haverá mudanças. O que temos de cuidar é para que estas mudanças não alterem o projeto original do Plano Piloto de Lucio Costa, o que foi realmente tombado”.

Ressalta que o transporte e o crescimento de forma desordenada impactam o ordenamento territorial nos municípios da área metropolitana e na preservação das características urbanísticas de Brasília. Mas adianta que “ninguém pode ser proibido de buscar uma solução habitacional para sua família. Se o Estado não prover, a vida proverá!”

Geraldo Magela, formado em Administração de Empresas, iniciou sua vida política em Brasília, em 1979, no movimento sindical no Sindicato dos Bancários do Distrito Federal. Membro fundador do PT, colaborou na organização da CUT. Em 1990, foi eleito deputado distrital, participando da criação da Lei Orgânica do DF. Em 1994, reelegeu-se deputado distrital e foi presidente da Câmara Legislativa. Em 1997 foi nomeado secretário de Habitação do DF e no ano posterior eleito deputado federal. Em 2002, candidatou-se ao governo do Distrito Federal. Em 2006 elegeu-se deputado federal e foi indicado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como um dos parlamentares mais atuantes no Congresso Nacional, além de ter sido relator geral do Orçamento Federal. Reeleito para a Câmara dos Deputados em 2010, assume pela segunda vez em 2011 a Sedhab com a missão de implantar uma nova política habitacional no Distrito Federal.

BD - JK, Niemeyer, Lucio Costa, Israel Pinheiro, Ernesto Silva e outros não pensaram em uma Grande Brasília, uma das maiores metrópoles do Brasil. Avalia que Brasília deveria ter se limitado a ser apenas uma cidade média?

Geraldo Magela - Isto não seria possível. Brasília nasceu sob o signo da esperança, o que para muitos significava expectativa de melhoria de vida imediata. Portanto, era natural que milhares de pessoas quisessem vir para cá em busca destas oportunidades. O problema é que ao longo dos anos o crescimento populacional não foi acompanhado de políticas de planejamento econômico e urbanístico que pudesse dar conta dos desafios apresentados por esta situação.

BD - Aos 54 anos, Brasília passou por mudanças significativas, seja no âmbito social e econômico, seja no aspecto urbanístico. Considerando a condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, qual a importância de se contar com a recente aprovação do PPCUB?

Geraldo Magela - Há 26 anos a cidade foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade e até hoje não temos um plano de preservação e nem uma lei local sobre o assunto. O que temos é uma Portaria do IPHAN, que reconhece a necessidade de atualização da norma. Este PPCUB vem preencher uma lacuna legal e vai possibilitar que todas as pessoas entendam o que é permitido construir na área tombada. Será uma lei que qualquer pessoa poderá compreender com facilidade e isto garantirá que ninguém irá agredir o tombamento por desconhecimento ou incompreensão da legislação.

BD - Quais foram os pontos relevantes nas discussões que se travaram sobre o PPCUB?

Geraldo Magela - Houve um grande enfrentamento, que na minha visão, era entre os que querem engessar

Brasília e voltar a 50 anos atrás e os que querem preservar o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, permitindo a atualização da leitura do projeto original. Muitas críticas foram feitas sem conhecimento do que estava sendo debatido e outras feitas sob o argumento técnico, mas com outros objetivos, especialmente econômicos e eleitorais. É preciso esclarecer que as cidades só não mudam se nelas não existirem pessoas habitando. Onde houver pessoas certamente haverá mudanças. O que temos de cuidar é para que estas mudanças não alterem o projeto original do Plano Piloto de Lucio Costa, o que foi realmente tombado.

BD - Diante das duas propostas previstas para a Esplanada - a do PPCUB sobre a construção de estacionamento público no gramado central e a do DFTrans que privilegia o transporte coletivo - qual das duas alternativas o senhor indicaria como prioritária?

É preciso esclarecer que as cidades só não mudam se nelas não existirem pessoas habitando. Onde houver pessoas certamente haverá mudanças. O que temos de cuidar é para que estas mudanças não alterem o projeto original do Plano Piloto de Lucio Costa, o que foi realmente tombado.

Geraldo Magela - Naturalmente, a prioridade deve ser a adoção de políticas de implantação de alternativas e oportunidades de transporte coletivo. O que é fundamental entender é que as políticas de implantação de sistema de transporte coletivo de boa qualidade leva tempo e exige grandes investimentos. São necessários vários governos seguidos para se implantar um bom sistema de transporte coletivo que possibilite às pessoas mudarem o hábito de se locomover em seus carros particulares e passarem a ir trabalhar de ônibus ou metrô. Isto, este governo está fazendo e está perceptível a olho nu. No entanto, não é possível proibir as pessoas de usarem seus carros e também não se pode fechar os olhos para o caos que é gerado pela falta de estacionamentos.

BD - As instâncias de fiscalização terão condições de fazer valer, logo que aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), as regras definidas pelo PPCUB, como gabarito, puxadinhos, destinação de áreas etc.?

Geraldo Magela - A lei deve ser seguida por todos: governo e sociedade. O governo não deveria nem precisar fiscalizar para que a lei fosse aplicada. Esta é a lógica mais básica da democracia. É péssimo termos de gastar dinheiro arrecadado com impostos pagos pelos cidadãos para fiscalizar estes cidadãos. Mas, enquanto construímos esta consciência coletiva, o governo deve se preparar para fiscalizar e fazer com que a lei seja aplicada.

BD - Com relação ao uso exclusivo do poder público nas Entreguadas, o senhor defenderia a possibilidade de construção de edificações por parte da iniciativa privada, desde que se respeitasse os usos, os gabaritos já definidos no projeto original?

Geraldo Magela - Existem boas experiências de parcerias público-privadas que eu penso que deveriam

ser reproduzidas nestes casos. Eu acredito que é melhor ter uma escola, uma creche, um espaço cultural perto de casa do que não ter nenhum. Mesmo que este espaço tenha a exploração privada, mas que a propriedade continue sendo do Estado. O que tem de pior é que existem pessoas que preferem que aquelas áreas fiquem sem construção, mesmo que outras pessoas que precisam tenham o prejuízo de não ter uma escola ou uma creche...

BD - Que outras alternativas poderiam representar avanços no planejamento urbano além do PPCUB?

Geraldo Magela - O planejamento urbano deve ser uma obrigação inalienável do Estado e direito da sociedade. As leis devem refletir uma preocupação permanente de planejar e atualizar este planejamento periodicamente. Mas, a melhor forma de fazer o planejamento urbano ser eficaz, é garantir a participação e o controle social sobre ele. É fundamental fazer valer as diversas formas de participação da sociedade nos fóruns, conselhos e

O fundamental é a preservação do conceito básico do projeto que são as escalas monumental, gregária, residencial e bucólica. A partir delas podemos compreender a derivação para os demais pontos.

conferências que existem sobre o tema.

BD - Quais os pontos essenciais (escala, destinação, setorização, volumetria e estrutura viária) do projeto urbanístico de Lucio Costa que ainda deverão ser preservados?

Geraldo Magela - O fundamental é a preservação do conceito básico do projeto que são as escalas monumental, gregária, residencial e

bucólica. A partir delas podemos compreender a derivação para os demais pontos. É preciso cuidar para que a altura dos prédios e a quantidade de área construída não agridam a perspectiva do horizonte, tão valorizado no projeto. Sobre a excessiva setorização, foi o próprio Lucio Costa que escreveu que isto deveria ser evitado. Realmente, ao olharmos a setorização podemos perceber que o Setor de Diversões Sul é tudo, menos de diversões e que o Setor Comercial é predominantemente de escritórios. Não perceber que foi o povo que mudou isso é não querer ver a realidade.

BD - Uma das principais ações desse governo tem sido a política habitacional de interesse social, com destaque para a construção de moradias para a população de baixa renda. Quais as metas desta Política e que balanço o senhor faz de sua gestão?

Geraldo Magela - O governador Agnelo Queiroz assumiu uma meta ousadíssima: colocar em construção 100 mil moradias. Parecia loucura! Mas estamos conseguindo. A



O ex-secretário Geraldo Magela e o presidente da Codeplan Júlio Miragaya

articulação entre o Governo do DF e o governo federal é fundamental para o sucesso deste projeto. Vamos colocar em processo de construção este número de apartamentos e todos vão contar com infraestrutura e com escritura. É a mudança dos paradigmas da política habitacional no Distrito Federal.

BD - A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/DF), realizada pela Codeplan em 2011/12, apurou que 48% dos postos de trabalho do DF estão situados no Plano Piloto. A quase totalidade das Regiões Administrativas (RAs) são verdadeiras cidades-dormitório. A implantação de grandes conjuntos habitacionais nessas RAs mais periféricas leva em conta, em seu planejamento, a geração de empregos nas proximidades desses grandes conjuntos?

Geraldo Magela - A política habitacional deve ser executada em conjunto com outras políticas, especialmente aquelas que possam prever oportunidades de trabalho, de estudos e de lazer para as pessoas. Quanto mais as pessoas puderem morar, trabalhar, estudar e se divertirem na mesma região, melhor será para todos. Estamos buscando criar as condições para que isto aconteça.

BD - Um estudo setorial promovido para o PDOT de 1997 já apontava a integração do DF com os municípios do seu “Entorno”, conforme denominação do próprio PDOT, mas dizia ainda não ser o momento de se pensar em um Plano Diretor articulado ao contexto regional. O PDOT de 2009 também não abordou esse contexto regional, embora considere a importância de Brasília como centro polarizador dessa região. Como é considerado o elemento regional no planejamento territorial?

Geraldo Magela - Infelizmente, isto ainda não acontece. A federalização

dos recursos e a municipalização dos problemas é a maior causa da falta de integração de políticas de planejamento extraterritoriais. O ideal seria que pudéssemos pensar numa região maior que o DF para fazer todos os planejamentos. Deveríamos pensar em planejar a economia, a saúde, a educação, o transporte, a segurança e, consequentemente, a ocupação do solo e o desenvolvimento urbano. Mas este é um sonho que ainda estamos acalentando!

BD - Como os problemas de ordenamento territorial, aliados às altas taxas de crescimento e elevada densidade demográfica nos municípios da área metropolitana impactam na preservação das características urbanísticas de Brasília?

Geraldo Magela - Impactam profundamente! Especialmente, impactam no transporte, mas também nas cidades vizinhas que crescem de forma alucinada e desordenada. Mas, ninguém pode ser proibido de buscar uma solução habitacional para sua família. Se o Estado não prover, a vida proverá!

O ideal seria que pudéssemos pensar numa região maior que o DF para fazer todos os planejamentos. Planejar a economia, a saúde, a educação, o transporte, a segurança, a ocupação do solo e o desenvolvimento urbano.

BD - Ainda com relação ao contexto regional, o senhor vê possibilidades para se estabelecer diálogo com os municípios goianos

que integram nossa área metropolitana para a elaboração de um Plano Diretor que possa ter diretrizes integradas para as políticas de uso e ocupação do território?

Geraldo Magela - O diálogo, neste caso, sempre começa por quem pagará a conta! E, com razão, os prefeitos sempre perguntam: onde esta pessoa trabalha, onde esta pessoa cuida da sua saúde, como ela se locomove? E de onde devem vir os recursos para arcar com tudo isso? De quem é a responsabilidade pelo transporte coletivo precário? A prefeitura diz que não é sua e o GDF também... E, quase sempre, os órgãos federais lavam as mãos... É fundamental que haja uma integração entre o governo federal, os governos estaduais e as prefeituras para que soluções sejam encontradas para estes problemas.

BD - De que forma os municípios da Área Metropolitana de Brasília poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico, social e urbano do Distrito Federal?

Geraldo Magela - A integração é o único caminho possível para um desenvolvimento sustentável da região. Nós devemos pensar em criar organismos e instrumentos formais para que esta possibilidade se concretize. Ficarmos separados, cada ente com seus problemas, não melhorará a vida da população. Os governos precisam agir!

BD - O senhor teria algo mais de relevante a acrescentar?

Geraldo Magela - Brasília completou em abril, 54 anos da inauguração. Nasceu sob a égide do planejamento e da beleza. Esta cidade, que é, ao mesmo tempo, Capital de todos os brasileiros e Patrimônio Cultural da Humanidade, precisa ser cuidada por todos nós! Este cuidado é o maior presente que nós podemos nos dar no aniversário da cidade.

Bolha imobiliária em Brasília: fato ou falsa impressão?

(*) José Luiz Pagnussat

Desde a crise financeira americana de 2008, desencadeada pelo crescimento da inadimplência nos financiamentos imobiliários, especula-se sobre uma possível bolha imobiliária em Brasília e nas demais capitais dos estados brasileiros.

O fato é que o setor imobiliário expandiu-se com expressiva valorização dos imóveis em todas as capitais brasileiras e apresenta, atualmente, um cenário de estabilidade ou crescimento moderado na maioria das cidades.

A elevação dos preços dos imóveis em Brasília e nas demais capitais, na última década, foi devido ao crescimento da demanda, aquecida pela expansão do crédito imobiliário e pelo crescimento da renda das famílias brasileiras.

A hipótese de bolha ou de preços muito acima do de equilíbrio de mercado, com risco de queda abrupta e forte, é pouco provável. Não são observadas de forma consistente as condições que caracterizam uma bolha imobiliária: não há excesso de oferta; a demanda por imóveis não está saturada, há sim uma grande demanda potencial de imóveis, com parcela expressiva da população ainda almejando a casa própria; o crescimento da renda das famílias se mantém estável; a oferta de crédito imobiliário com juros viáveis continua em expansão, viabilizada pelo Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal e também pelos recursos livres do sistema financeiro público e privado; e as condições de pagamento nos financiamentos são condizentes com a renda das famílias.

Por outro lado, não há em Brasília, e nem no Brasil, um fato desencadeador da crise imobiliária. Registra-se, em todas as grandes crises imobiliárias do mundo, alteração abrupta nas condições de mercado, na maioria dos casos com a elevação das taxas de juros e redução na disponibilidade de crédito. O estouro da bolha decorre da falta de capacidade financeira das famílias para o pagamento das prestações. O crescimento da inadimplência eleva a oferta de imóveis à venda e, por conseguinte, os preços se retraem rapidamente.

As mudanças observadas nos anos recentes no mercado imobiliário de Brasília, com oscilações de preços sem uma clara tendência, indica, aparentemente,



que o setor está alcançando um novo ponto de equilíbrio de mercado. A estabilidade dos preços em torno do novo equilíbrio não é instantânea. A teoria elementar do funcionamento do mercado mostra que os preços tendem a oscilar em torno do novo equilíbrio, ora acima ora abaixo, gerando incertezas tanto para os compradores como para os ofertantes de imóveis.

Tais oscilações de preços têm gerado controvérsias sobre a real situação do setor imobiliário de Brasília, com alguns analistas defendendo a hipótese de bolha imobiliária e alertando para um possível cenário de crise no setor.

Este artigo procura analisar os fatores que determinaram esse comportamento do mercado imobiliário brasileiro, em especial em Brasília, e se há elementos que possam justificar o temor daqueles que presentem a configuração de um cenário crítico.

A expansão do crédito e do setor imobiliário

O crescimento do setor imobiliário no Brasil, a partir de 2003, não é resultado de especulação, mas sim de retomada do mercado que ficou estagnado nas décadas de 1980 e 1990, devido à crise econômica e à falta de financiamento habitacional.

Nesse período de estagnação, os preços dos imóveis se retraíram e o déficit habitacional se ampliou significativamente, produzindo uma demanda represada potencial. Com a retomada dos financiamentos a partir de

meados dos anos 2000 o setor se recompõe com os preços dos imóveis acelerando a recuperação, mas com alguns picos sem base real na demanda dos compradores, cujos ajustes tendem a ocorrer naturalmente.

A expansão do crédito habitacional foi expressiva entre março de 2007 e dezembro de 2013. O saldo do crédito imobiliário cresceu 904%, para uma inflação de 44,9% no período. O saldo passou de 38 bilhões de reais em março de 2007, equivalente à 1,62% do PIB, para 395,2 bilhões de reais em dezembro de 2013, equivalente à 8,22% do PIB. O Gráfico 1 apresenta os dados do Banco Central do Brasil referente ao crédito do setor financeiro para o setor imobiliário.

Os juros médios dos financiamentos em dezembro de 2013 estavam em torno de 8,9% ao ano, com as taxas reguladas em 7,9% e as taxas de mercado em 13,9%. A inadimplência nesses financiamentos era de 1,6% e com relativa tendência de queda.

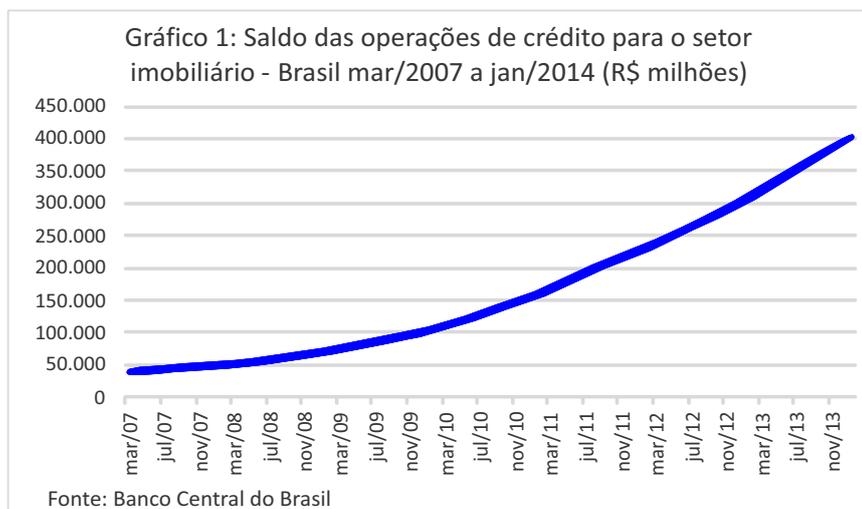
Apesar de todo crescimento do crédito imobiliário dos últimos anos, constata-se que não há uma oferta excessiva de crédito, que pudesse indicar um risco de os

superiores a 50% do PIB e, em muitos casos, acima de 100% do PIB.

No caso brasileiro, há ainda um grande déficit de moradias. O crédito imobiliário continua em expansão e com custo nos financiamentos relativamente estáveis. O comprometimento da renda anual das famílias com serviço da dívida no Sistema Financeiro Nacional, referente ao crédito imobiliário, é pequeno. Passou de 0,48% em março de 2007 para 1,76% em dezembro de 2013. Os demais financiamentos, em sua maioria com custos mais elevados, a exemplo do crédito direto ao consumidor, devem ser responsabilizados pelo comprometimento de parcelas crescentes da renda das famílias. De acordo com dados do Banco Central, em dezembro de 2013, esse tipo de financiamento consumiu mais de 20% da renda familiar.

A expansão da renda das famílias

O aumento do crédito imobiliário e a taxa de juros atrativa não são os únicos fatores que explicam o bom momento do setor imobiliário brasileiro. O crescimento da massa salarial, em especial das classes de renda mais pobres, favoreceu o sonho da casa própria.



A renda familiar cresceu de forma consistente nos últimos anos. Os dados da PNAD/IBGE mostram crescimento do rendimento médio mensal por domicílio de 166,5%, entre 2001 e 2012, no Distrito Federal. A média nacional foi de 148,9% nesse mesmo período, portanto acima da inflação que foi em torno de 100%.

O número de domicílios particulares permanentes próprios no DF cresceu 36,7%, entre 2002 e 2012, mantendo a participação desses domicílios em 60,6% do total. Em termos nacionais o crescimento foi de 33,0% no período. Os domicílios alugados cresceram no mesmo período 58,5%, no DF e 54,1%, em nível nacional. A participação dos imóveis alugados cresceu no DF de 25,6% para 29,7% e de 15,0% para 17,7% na média nacional.

investidores estarem comprando os imóveis e comprometendo parcelas excessivas de suas rendas. O saldo de financiamentos imobiliários de 8,2% do PIB indica ainda um baixo grau de endividamento dos brasileiros quando comparado com as tendências no cenário mundial. O Brasil ainda está atrás dos principais países da América Latina, como Chile e México, e muito distante do estoque de financiamento imobiliário dos países ricos. Os EUA tem saldo de financiamento imobiliário em proporção do PIB próximo de 80% e em vários países europeus esses financiamentos superam 40% do PIB, como na Alemanha, Espanha e Itália. Os países que passaram por crises com características de bolha imobiliária tinham saldos de crédito imobiliário

58,5%, no DF e 54,1%, em nível nacional. A participação dos imóveis alugados cresceu no DF de 25,6% para 29,7% e de 15,0% para 17,7% na média nacional.

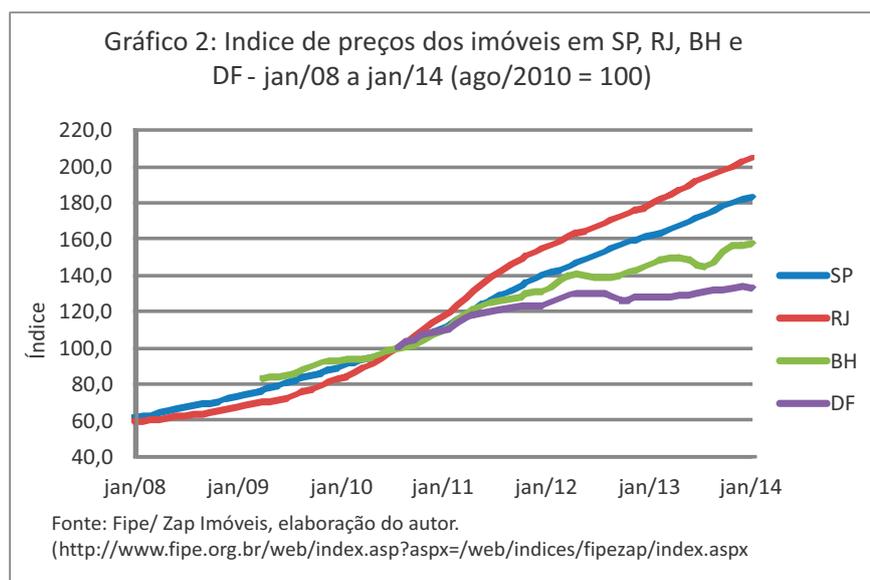
O crescimento da participação das classes sociais A, B e C no Distrito Federal, conforme dados da PNAD de 2004 e 2011, ajuda a explicar o aumento da demanda por imóveis em Brasília. A classe A aumentou sua participação de 14,0% para 19,2%, a classe B de 8,3% para 10,7% e a classe C de 41,3% para 47,6% nesse período. As classes D e E tiveram redução em suas participações de 15,9% para 13,9% e de 20,5% para 8,6%, respectivamente.

Os preços dos imóveis no Brasil

Segundo dados do Banco Central, os preços dos imóveis residenciais financiados no Brasil iniciaram a década de 2000 em queda, em termos reais. Descontada a inflação os preços caíram de forma acentuada até 2002. Entre 2003 e 2005 os preços tiveram reação tímida, subindo pouco acima da inflação. A partir de 2006 até 2011 os preços subiram com taxas anuais reais entre 9,5% (em 2011) e 21,8% (em 2009). E, nos últimos dois anos, o crescimento dos preços recuou para um patamar pouco acima da inflação.

O Indicador de preços dos imóveis criado pelo Banco Central em 2013 é o Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais Financiados (IVG-R), que registra o valor das garantias dos financiamentos imobiliários concedidos para pessoas físicas. Desde o início da série, em março de 2001, até novembro de 2013, o crescimento dos preços dessas garantias foi de 418,6%, para uma inflação de 121,4% no período. Entre janeiro de 2008 e novembro de 2013 os preços subiram 162,6% e a inflação foi de 37,7% (Tabela 1).

No entanto, entre as principais capitais brasileiras, Brasília apresenta menor crescimento nos preços dos imóveis. Considerando o índice de preços dos imóveis (Índice FipeZap Imóveis)¹ a partir de agosto de 2010 até janeiro de 2014, os preços dos imóveis cresceram 104,7% no Rio de Janeiro, 83,1% em São Paulo, 57,1% em Belo Horizonte e 33,2% no Distrito Federal. Nas três capitais e no Distrito Federal os preços dos imóveis subiram acima da inflação do período (2010 a 2014) de 23,3%.



⁽¹⁾ O Índice FipeZap é organizado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo (FIEPE/USP) com base nos preços de venda de imóveis cadastrados no site Zap Imóveis.

Tabela 1 - IVG-R e Inflação - 2001 a 2013

Anos	% Var do IVG-R	Inflação (IPCA)	Diferença
2001 (mar/dez)	0,50	6,17	-5,67
2002	3,48	12,53	-9,05
2003	13,65	9,30	4,35
2004	10,91	7,60	3,31
2005	8,85	5,69	3,16
2006	13,59	3,14	10,45
2007	19,74	4,46	15,28
2008	24,32	5,90	18,42
2009	26,15	4,31	21,84
2010	22,96	5,91	17,05
2011	15,98	6,50	9,48
2012	10,27	5,84	4,43
2013 (até nov)	8,34	4,95	3,39
Var. Período	418,60%	121,44%	297,16

Fonte: Banco Central do Brasil

O Gráfico 2 apresenta a evolução do índice FipeZap Imóveis desde o início da série até janeiro de 2014, para cada uma das capitais: São Paulo e Rio de Janeiro a partir de janeiro de 2008; Belo Horizonte a partir de abril de 2009; e Brasília, de agosto de 2010.

Certamente entre os fatores que alavancaram significativamente a expansão do mercado imobiliário do Rio de Janeiro estão os grandes eventos esportivos: a Copa do Mundo deste ano e as Olimpíadas em 2016; além da perspectiva de crescimento econômico da região associado ao Pré-Sal.

Uma hipótese para o menor crescimento dos preços em Brasília é a falta de planejamento da expansão imobiliária com a construção de imóveis em espaços de lazer e fora do padrão urbanístico. Este é o caso de novas construções nas quadras comerciais do Plano Piloto e em espaços de arborização e lazer na maioria das cidades do DF, comprometendo o fluxo de veículos e o bem-estar dos moradores e, em consequência, desvalorizando os imóveis existentes.

O fato é que Brasília não tem mais o metro quadrado mais caro do país. Os apartamentos à venda cadastrados no site Zap Imóveis, em

janeiro de 2014, mostram que o Rio de Janeiro e São Paulo têm preços mais elevados. No Rio: Arpoador (R\$ 13.019,00), Leblon (R\$ 12.722,00), Leme (R\$ 11.878,00), Botafogo (R\$ 11.687,00) e Copacabana (R\$ 11.326,00), e em São Paulo: Ibirapuera (R\$ 10.980,00), Jardim Europa (R\$ 10.615,00), Jardim América (R\$ 10.169,00), Jardins (R\$ 9.780,00) e Alto de Pinheiros (R\$ 9.775,00). Esses valores são mais elevados, quando comparados aos registrados na Capital Federal.

Os preços dos imóveis no DF

Os preços dos imóveis no DF acompanharam o aumento da demanda resultante da expansão dos financiamentos, com condições mais favoráveis e redução dos juros, e ao aumento da renda das famílias.

O preço do metro quadrado cresceu em todas as regiões administrativas do DF nos últimos anos. Na maioria dos setores o preço do metro quadrado subiu acima ou próximo da inflação no período. Os dados de preços de venda de apartamentos cadastrados no site Zap Imóveis de agosto de 2010 até janeiro de 2014, mostram oscilações nos preços médios mensais e a tendência de estabilidade a partir de 2012, mas com alguns setores e cidades ainda apresentando alta moderada. O setor Noroeste foi o que apresentou menor crescimento nos preços, abaixo da inflação do período, mas se mantém com o metro quadrado mais caro de apartamentos à venda cadastrados no site Zap Imóveis.

A Tabela 2 apresenta a evolução dos preços médios do metro quadrado dos apartamentos de todos os tamanhos à venda no Zap Imóveis, em 10 setores do DF. Observa-se que Taguatinga (Norte e Sul), Asa Sul e Águas Claras (Norte) foram os setores de maior valorização no período de agosto de 2010 a janeiro de

2014. O Setor Noroeste e Sudoeste apresentaram aumento de preços médios abaixo da inflação.

O Boletim da Conjuntura Imobiliária do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (Secovi/DF) apresenta amostra mais robusta dos preços dos imóveis no DF, quando comparada com os registros do Zap Imóveis. O Boletim da Secovi/DF apresenta dados da maioria das regiões administrativas do DF e os vários tipos de imóveis residenciais e comerciais.

Na presente análise verificou-se a evolução dos preços do metro quadrado para apartamento de 1 a 4 quartos, no período de agosto de 2010 a dezembro de 2013 em oito regiões administrativas do DF: Asa Sul, Asa Norte, Águas Claras, Sudoeste, Guará, Taguatinga, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante.

Os preços desses imóveis no período cresceram de forma mais expressiva em Taguatinga (48,91%), Cruzeiro (33,83%) e Asa Sul (31,06%). Os menores aumentos foram no Sudoeste (23,42%), Guará (24,56%) e Asa Norte (25,17%). De acordo com o Secovi/DF todas as oito regiões administrativas analisadas apresentaram crescimento dos preços do metro quadrado acima da inflação do período.

Os Gráficos 3 e 4 apresentam a evolução do preço médio mensal nominal por metro quadrado dos apartamentos de 1 a 4 quartos no período de agosto de 2010 a dezembro de 2013 colocados à venda nas oito regiões indicadas.

Os dados do Sicovi/DF apresentados nos Gráficos 3 e 4 indicam de forma consistente as tendências dos preços, porém as oscilações mensais podem refletir os perfis diferenciados de imóveis à venda em cada período.

O crescimento médio anual dos preços mostra elevação média acentuada em 2011 (13,11%) para as localidades analisadas, estabilização em 2012 (5,16%) e crescimento abaixo da inflação em 2013 (2,21%). Esse comportamento confirma os dados do Índice Fipe/Zap Imóveis para Brasília. De acordo com esse índice, os preços dos imóveis em Brasília subiram 14,0% em 2011, 4,0% em 2012 e 4,2% em 2013. Nesses dois últimos anos o crescimento foi abaixo da inflação.

As alterações nos preços dos imóveis não

Tabela 2 - Valor médio do metro quadrado dos apartamentos à venda no Zap Imóveis (todos os quartos) - agosto de 2010 à janeiro de 2014

SETOR	Ago/10	Jan/11	Jan/12	Jan/13	Jan/14	Var % ago/10 a jan/14
Noroeste	9.123*	8.610	10.742	10.581	10.241	12,25
Asa Sul	7.353	7.648	9.437	9.122	9.896	34,58
Asa Norte	7.053	7.445	7.956	8.960	8.693	23,25
Sudoeste	7.805	8.020	8.665	9.544	9.324	19,46
Octogonal	7.069*	8.020	7.518	...	8.704	23,13
Guara II	4.513	5.790	4.972	6831	5.912	31,00
Taguatinga Norte	2.756	3.129	3.302	3.769	4.226	53,34
Taguatinga Sul	3.316*	3.500	4.366	4.610	4.636	39,81
Águas Claras - Sul	3.937	4.409	4.785	5.079	5.220	32,59
Águas Claras - Norte	3.785	4.116	4.847	5.238	5.278	39,45

Fonte: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>

* Foi considerado o preço médio de agosto a dezembro de 2010 em razão do tamanho da amostra.

permitem concluir que há uma tendência de queda, mas sim de acomodação dos preços. A perda de valor real de mercado dos imóveis à venda em 2013 foi pequena considerando a valorização observada desde 2006.

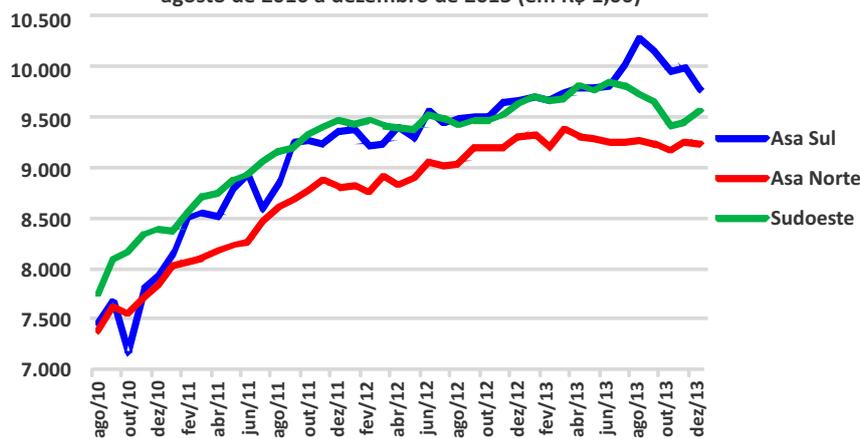
No ano de 2013, apenas Taguatinga (8,16%) e Cruzeiro (6,74%) tiveram aumento de preços do metro quadrado dos apartamentos à venda acima da inflação. O Setor Sudoeste e Asa Norte tiveram queda nominal de preços (0,87% e 0,80%, respectivamente).

Pelos dados do Sicovi/DF as maiores valorizações no período analisado (agosto de 2010 a dezembro de 2013) foram os apartamentos de 1 e 2 quartos em Taguatinga (70,07% e 58,76% respectivamente), seguidos dos apartamentos de 4 quartos na Asa Sul (47,98%), 3 quartos em Taguatinga (39,82%) e 2 quartos no Guar4 (39,17%), Núcleo Bandeirante (38,73%) e Cruzeiro (38,09%).

Em dezembro de 2013, os preços médios do metro quadrado dos apartamentos mais caros de Brasília eram os da Asa Sul, seguido do Sudoeste e Asa Norte (respectivamente, R\$ 9.768,00, R\$ 9.545,00 e R\$ 9.230,00). Os apartamentos mais valorizados do DF são os de 1 quarto na Asa Sul com preço do metro quadrado de R\$ 11.337,00, seguido dos apartamentos de quatro quartos da Asa Sul (R\$ 10.838,00), Sudoeste (R\$ 10.613,00) e Asa Norte (R\$ 9.906,00).

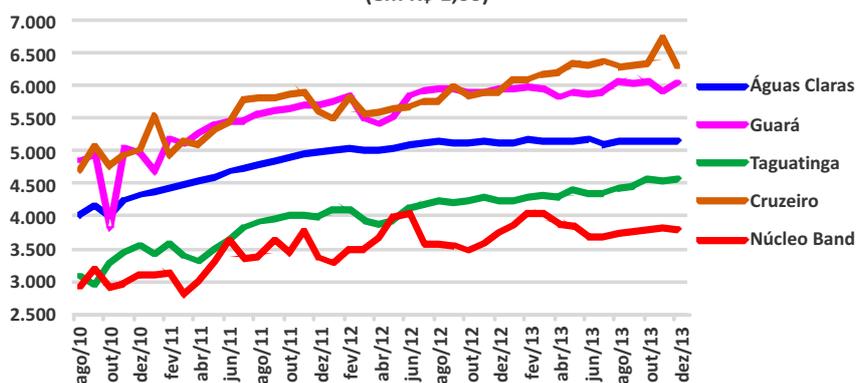
Em síntese, considerando os dados de preços do metro quadrado dos apartamentos à venda no DF, com base no Boletim do Secovi/DF e do site Zap Imóveis, somente o Setor Noroeste apresentou evolução dos preços abaixo da inflação a partir de agosto de 2010. Todos as demais cidades e setores analisados tiveram crescimento de preços acima da inflação. A evolução dos preços por tamanho de apartamento teve apenas quatro situações abaixo da inflação: apartamento de um quarto na Asa Sul e Sudoeste, dois quartos na Asa Norte e quatro quartos no Guar4.

Gráfico 3: Preço médio por metro quadrado dos apartamentos residenciais de 1 a 4 quartos à venda em Brasília no período de agosto de 2010 à dezembro de 2013 (em R\$ 1,00)



Fonte: Secovi-DF. Boletim de Conjuntura Imobiliária

Gráfico 4: Preço médio por metro quadrado dos apartamentos de 1 a 4 quartos à venda no período de agosto de 2010 à dezembro de 2013 (em R\$ 1,00)



Fonte: Secovi-DF. Boletim de Conjuntura Imobiliária

Conclusão: indícios de estabilização ou redução de preços

Frente a todos esses dados, constata-se que não há evidências de bolha imobiliária em Brasília, mas sim de relativo desaquecimento do setor e acomodação dos preços dos imóveis tendendo à estabilização, ou seja, aparentemente um novo equilíbrio de mercado. A oferta de apartamentos para comercialização, que representa 70% dos imóveis residenciais à venda, cresceu de forma acelerada em 2011 e 2012, mas caiu 4,8% em 2013. O recuo dos ofertantes, em 2013, com a estabilização ou redução dos preços, revela um comportamento inverso ao de bolha. Não observamos, portanto, indícios indicando a configuração de um cenário crítico.

As duas maiores bolhas imobiliárias mundiais a do Japão (1989/1990) e a norte-americana, no início da segunda metade da década de 2000, tiveram como estopim a elevação dos juros pelos respectivos governos e a redução da oferta de crédito. Em ambos os casos, com a mudança nas condições dos financiamentos imobiliários, houve ampliação da oferta de imóveis à venda e queda abrupta e acentuada dos preços. No caso norte-americano, a



Os apartamentos de 1 e 2 quartos em Taguatinga (foto) apresentaram as maiores valorizações no período entre agosto de 2010 a dezembro de 2013 (70,07% e 58,76% respectivamente), seguidos dos apartamentos de 4 quartos na Asa Sul (47,98%), 3 quartos em Taguatinga (39,82%), e 2 quartos no Guará (39,17%), Núcleo Bandeirante (38,73%) e Cruzeiro (38,09%), conforme dados do Sicov/DF.

crise foi agravada pelo alto grau de especulação ocorrida nos financiamentos imobiliários, com a securitização dos títulos de crédito (títulos subprime) e a concessão de financiamentos a tomadores que não ofereciam garantias suficientes para obtenção do crédito, os chamados clientes “ninja” (do acrônimo, *no income, no job, no assets*: sem renda, sem emprego, sem patrimônio).

No Brasil, tudo indica que o cenário seja outro. Por um lado, há forte expansão das linhas de crédito e dos programas governamentais de financiamento de imóveis residenciais, em especial o programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, mantendo relativamente aquecida a demanda da casa própria pelas famílias de renda média e baixa. Por outro lado, não há um cenário de expansão excessiva da oferta de imóveis, pois não há alterações nas condições dos financiamentos concedidos, mantendo-se o equilíbrio orçamentário das famílias compradoras de imóveis.

Por fim, no caso específico de Brasília, a estagnação do setor imobiliário pode ser revertida com a

acomodação dos preços dos imóveis e com a implementação da política habitacional, resultante da aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e das proposições da consultoria internacional referentes ao “Projeto Brasília 2060”. Deve-se considerar também o impacto das alterações na política fiscal para o setor que têm revertido, gradativamente, o quadro de custos elevados na construção de imóveis, observado nos últimos anos. Além do cenário de aceleração do crescimento econômico nos próximos anos, após dois anos de baixo crescimento.

(*) *José Luiz Pagnussat* - economista, professor da UDF e ENAP. Foi presidente do Conselho Federal de Economia (1996) e do Conselho Regional de Economia do DF. Foi professor da Universidade Católica de Brasília (1985 a 2004)

Juventude e Educação¹ na Área Metropolitana de Brasília entram nas áreas de pesquisa da UnB

(*) Ana Maria Nogales Vasconcelos

Nas últimas duas décadas, a educação brasileira sofreu grandes transformações. Com a obrigatoriedade da oferta de ensino fundamental estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, o país praticamente alcançou a universalização da frequência nesse nível de ensino entre 7 a 14 anos, segundo os dados do Censo demográfico de 2000 (IBGE, 2000).

As modificações introduzidas pela Lei nº 12.061/09 estendeu essa obrigatoriedade ao ensino médio, e a emenda constitucional nº 59 de 2009 veio assegurar a ampliação do ensino de 4 a 17 anos, buscando-se, assim, a universalização da educação básica obrigatória e gratuita no país em três segmentos: infantil, fundamental e médio.

No que se refere ao ensino superior, observou-se uma expansão do número de matrículas que passou de 1,5 milhão em 1991 a 6,4 milhões em 2010 (INEP, 2010). O Programa Universidade para Todos (PROUNI), no setor privado, e o programa de Reforma Universitária (REUNI), no setor público, são os principais fatores que explicam esse aumento.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para 2011 a 2020, proposto pelo governo federal e enviado como projeto de lei para o Congresso Nacional em 2010 estabelece metas para a educação no país, com vistas à sua universalização e melhoria da qualidade. Especificamente com relação à população jovem, tem-se que:

- **Meta 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
- **Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%



até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

- **Meta 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta (PNE, 2010).

Tendo como base as metas traçadas pelo PNE para a escolaridade de jovens entre 15 e 24 anos, o presente artigo apresenta uma análise da frequência à escola e do nível de instrução alcançado por jovens nessa faixa etária segundo características sócio-demográficas e local de residência na Área Metropolitana de Brasília (AMB), a partir dos dados do Censo demográfico de 2010.

Neste artigo, entende-se que a AMB compreende, além do Distrito Federal, 12 municípios localizados no estado de Goiás que têm laços cotidianos com o DF: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia,

⁽¹⁾ O tema juventude e educação na Área Metropolitana de Brasília faz parte das pesquisas realizadas pelo Observatório da Vida Estudantil (OVE/NESUB) e pelo Laboratório de População e Desenvolvimento (LPD/NEUR) vinculados ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB).

Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Para a análise da distribuição espacial dos jovens na AMB, consideraram-se quatro grupos de localidades de residência segundo estratos de renda. O Distrito Federal foi dividido em três regiões: 1) Região 1 - localidades com renda domiciliar média elevada (Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Lago Sul e Águas Claras), 2) Região 2 - localidades com renda domiciliar média intermediária (Cruzeiro, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Taguatinga, Vicente Pires, Riacho Fundo I e São Sebastião) e 3) Região 3 - localidades com renda domiciliar média baixa (Brazlândia, Ceilândia, Itapoã, Planaltina, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Samambaia, Vila Estrutural e áreas rurais)². O quarto grupo é formado pelos doze municípios goianos, cuja renda domiciliar média é ainda inferior àquela da Região 3 do DF, segundo o Censo de 2010.

Os resultados aqui apresentados têm como objetivo destacar os desafios que ainda deverão ser enfrentados para reduzir as enormes desigualdades educacionais entre os jovens na Área Metropolitana de Brasília.

Características socio-demográficas e acesso à educação dos jovens de 15 a 24 anos na AMB

O Censo Demográfico de 2010 enumerou aproximadamente 652 mil jovens com idades entre 15 e 24 anos residentes na AMB, correspondendo a 18,4% da população total. Com uma população muito menos envelhecida, as localidades de renda mais baixa, a Região 3 do DF e os municípios goianos, concentravam cerca de 70% da população jovem (Tabela 1).

A dinâmica excludente e de segregação que tem caracterizado o processo de ocupação do espaço metropolitano (FERREIRA, 2010) é evidenciada pelas

características socioeconômicas da população jovem segundo o local de residência. Em termos gerais, tem-se que os jovens da AMB residem em domicílios de baixa renda, com 46,1% com renda média domiciliar mensal per capita inferior a 1 salário mínimo. No entanto, essa proporção é muito maior nas localidades periféricas da AMB, alcançando 63,1% entre jovens residentes nos municípios goianos e 53,4% entre aqueles residentes nas localidades da Região 3 no DF. Já na Região 1, essa proporção cai para 11%, e em contrapartida, a proporção de jovens residentes em domicílios de renda muito alta (10 ou mais salários mínimos) se eleva a 18% (Tabela 2).

Em relação à cor da pele/raça³, observam-se, da mesma forma, grandes diferenças na distribuição da população jovem por essa característica segundo o local de residência. Enquanto que na Região 1 do DF, a proporção de jovens brancos é muito mais elevada do que a de pretos e pardos (61,2% contra 36,8%), nos grupos de localidades de baixa renda domiciliar média a situação se inverte. Na Região 3 do DF e nos municípios goianos, a proporção de jovens que se autodeclararam pardos ou pretos foi de 68% contra menos de 30% de brancos (Tabela 2).

No que se refere à alfabetização, menos de 1% dos jovens residentes na AMB não sabe ler e escrever em 2010. No entanto, observam-se variações nessa proporção segundo a localidade de residência dos jovens. Nos locais de renda mais baixa, a proporção de analfabetos chega a 1% e 1,2% (na Região 3 do DF e nos municípios goianos, respectivamente) enquanto que nas demais regiões essa proporção é no máximo de 0,4%.

Seguindo o gradiente das desigualdades socioeconômicas no espaço metropolitano, o nível de escolaridade dos jovens também se diferencia segundo o local de residência. Quanto maior a renda média da localidade de residência, maior é a escolaridade do

Tabela 1 - População total e população jovem (15 a 24 anos) segundo local de residência na Área Metropolitana de Brasília - 2010

Local de residência	População Total		População Jovem	
	n	%	n	%
Distrito Federal				
Região 1	471.876	13,3	70.940	10,9
Região 2	717.302	20,2	127.835	19,6
Região 3	1.380.982	38,9	266.925	41,0
Municípios GO	978.278	27,6	186.065	28,5
Total AMB	3.548.438	100,0	651.764	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

⁽²⁾ Os dados do Censo Demográfico de 2010 não permitem a desagregação geográfica em todas as atuais regiões administrativas do Distrito Federal. Assim, Varjão está inserido no Lago Norte, Jardim Botânico em São Sebastião e Park Way no Núcleo Bandeirante.

⁽³⁾ Utiliza-se aqui o conceito e a terminologia empregados pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares, incluindo o Censo demográfico de 2010.

Tabela 2 - Características socioeconômicas da população jovem (15 a 24 anos) segundo local de residência na Área Metropolitana de Brasília - 2010

Características	TOTAL		Distrito Federal								Municípios de Goiás	
			Total DF		Região 1		Região 2		Região 3		Região 4	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	651765		465700		70940		127836		266924		186065	
Renda média domiciliar per capita (SM)¹												
<1	300780	46,1	183367	39,4	7678	10,8	33261	26,0	142428	53,4	117413	63,1
1 a 3	216309	33,2	163987	35,2	15043	21,2	53632	42,0	95312	35,7	52322	28,1
3 a 5	49717	7,6	44205	9,5	12137	17,1	19527	15,3	12541	4,7	5512	3,0
5 a 9	41451	6,4	39238	8,4	20356	28,7	13809	10,8	5073	1,9	2213	1,2
10 a 19	15398	2,4	14978	3,2	10473	14,8	2862	2,2	1643	0,6	420	0,2
20+	2973	0,5	2842	0,6	2199	3,1	360	0,3	283	0,1	131	0,1
Cor da pele/ Raça												
Branca	231773	35,6	176403	37,9	43415	61,2	54507	42,6	78481	29,4	55370	29,8
Preta	56487	8,7	39893	8,6	3754	5,3	9516	7,4	26623	10,0	16594	8,9
Parda	244275	37,5	239497	51,4	22365	31,5	61261	47,9	155871	58,4	4778	2,6
Amarela	117746	18,1	8722	1,9	1309	1,8	2273	1,8	5140	1,9	109024	58,6
Indígena	1382	0,2	1094	0,2	72	0,1	279	0,2	743	0,3	288	0,2
Sabe ler e escrever												
Sim	646180	99,1	462322	99,3	70655	99,6	127303	99,6	264364	99,0	183858	98,8
Não	5585	0,9	3378	0,7	285	0,4	532	0,4	2561	1,0	2207	1,2
Escolaridade												
Fundamental Incompleto	162666	25,0	99869	21,4	5716	8,1	19651	15,4	74502	27,9	62797	33,8
Fundamental Completo	226404	34,7	159236	34,2	19716	27,8	42237	33,0	97283	36,4	67168	36,1
Médio Completo	134235	20,6	93382	20,1	7394	10,4	25559	20,0	60429	22,6	40853	22,0
Superior												
Incompleto	107893	16,6	95132	20,4	31900	45,0	33528	26,2	29704	11,1	12761	6,9
Completo	20567	3,2	18081	3,9	6215	8,8	6860	5,4	5006	1,9	2486	1,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

¹ Não são apresentados 3,9% dos jovens em cujos domicílios não houve declaração de rendimentos no Censo de 2010. A não declaração de rendimentos é uniforme entre as regiões.

jovem. O contraste não poderia ser maior: se na periferia da Área Metropolitana de Brasília (AMB), nos municípios goianos, de cada três jovens, um não tinha concluído o ensino fundamental, na área central, Região 1 do DF, de cada dois jovens, pelo menos um já tinha alcançado o ensino superior (Tabela 2). Ou seja, se para os jovens de renda alta, o ensino superior faz parte de sua trajetória escolar, para aqueles residentes nas localidades de baixa renda, o desafio ainda é a conclusão do ensino fundamental.

Quanto à frequência à escola, novamente verificam-se diferenças segundo localidades de residência. Enquanto que 67,5% dos jovens residentes na área central (Região 1) ainda estavam inseridos no sistema educacional, essa proporção cai à medida que a renda média do grupo de localidades diminui, chegando a 47,1% nas localidades de baixa renda no Distrito Federal (Região 3) e 43,6% nos municípios goianos.

Mais ainda, ao se analisar o perfil etário de frequência à escola (Figura 1), observa-se que a perspectiva de um jovem permanecer no sistema educacional é muito diferente segundo a localidade de residência. De uma maneira geral, a frequência à escola diminui com o aumento da idade do jovem, com reduções expressivas aos 18 anos, que coincide com a idade

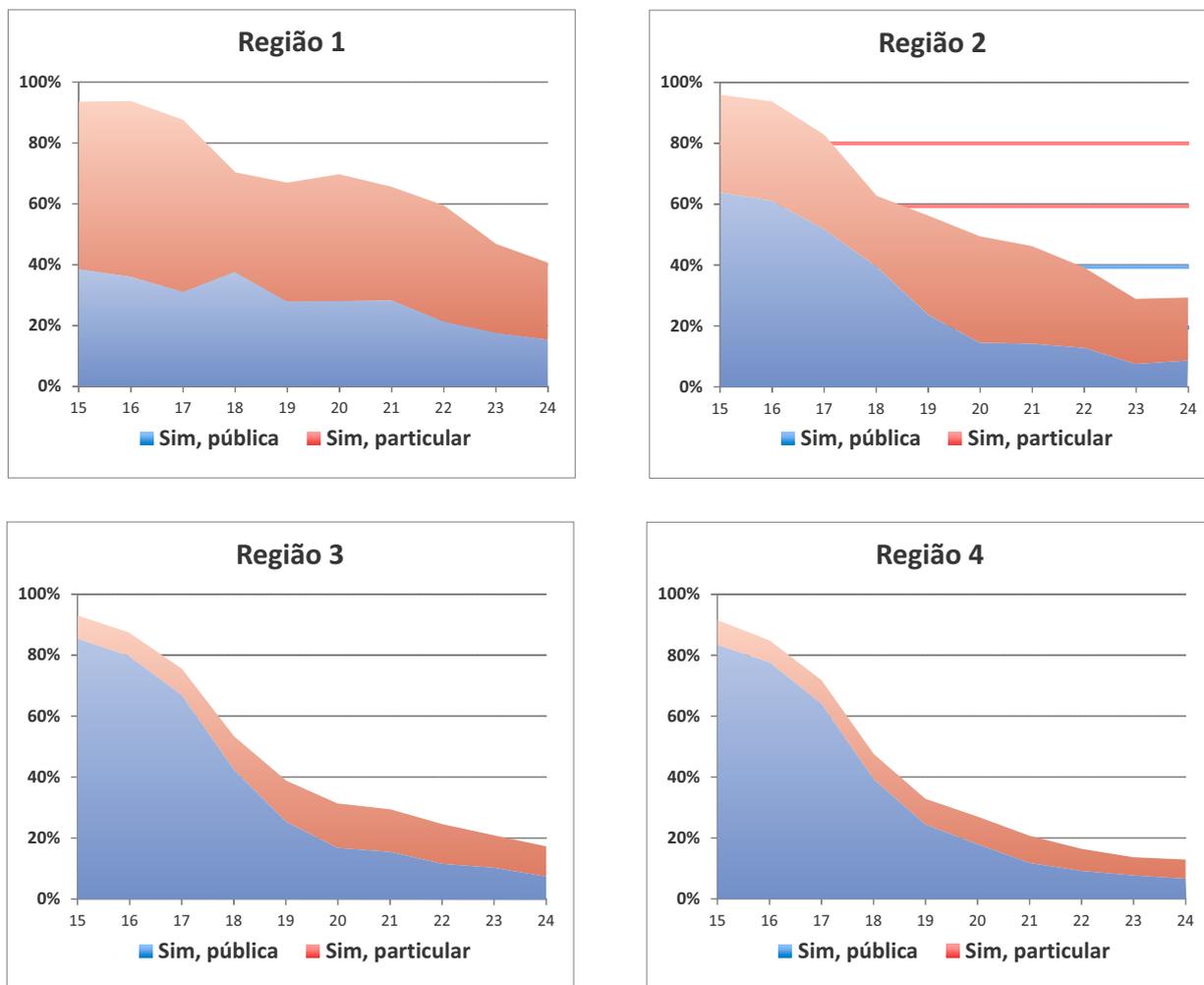
preconizada para a conclusão do ensino médio, e aos 22 anos, coincidindo com a conclusão do ensino superior. Na Região 1, a proporção de jovens que frequentam a escola é muito elevada em todas as idades: entre 18 e 20 anos, essa proporção é de cerca de 70%, caindo para 40% aos 24 anos. Já a Região 2 apresenta uma menor frequência à escola do que a Região 1, com redução marcada a partir dos 18 anos: entre 18 e 20 anos a frequência à escola é de cerca de 55%, e cai para 30% aos 24 anos.

Nas Regiões 3 e 4, a saída do sistema educacional inicia-se precocemente, aos 16 anos, e ganha intensidade a partir dos 17. Entre 18 e 20 anos, 60% dos jovens residentes nessas localidades de baixa renda já haviam deixado de frequentar a escola, sendo que cerca de metade deles não havia concluído o ensino médio. Aos 24 anos, menos de 20% dos jovens frequentavam a escola em 2010 (Figura 1).

Quanto ao tipo de escola, pública ou privada, nota-se também um comportamento diferenciado segundo a idade e a localidade de residência do jovem.

Na Região 1, a participação relativa da escola privada é mais expressiva nas idades entre 15 e 17 anos do que a partir dos 18 anos. Situação oposta observa-se

Figura 1 - Proporção de jovens (15 a 24 anos) que frequentam a escola por tipo segundo idade e local de residência na Área Metropolitana de Brasília - 2010



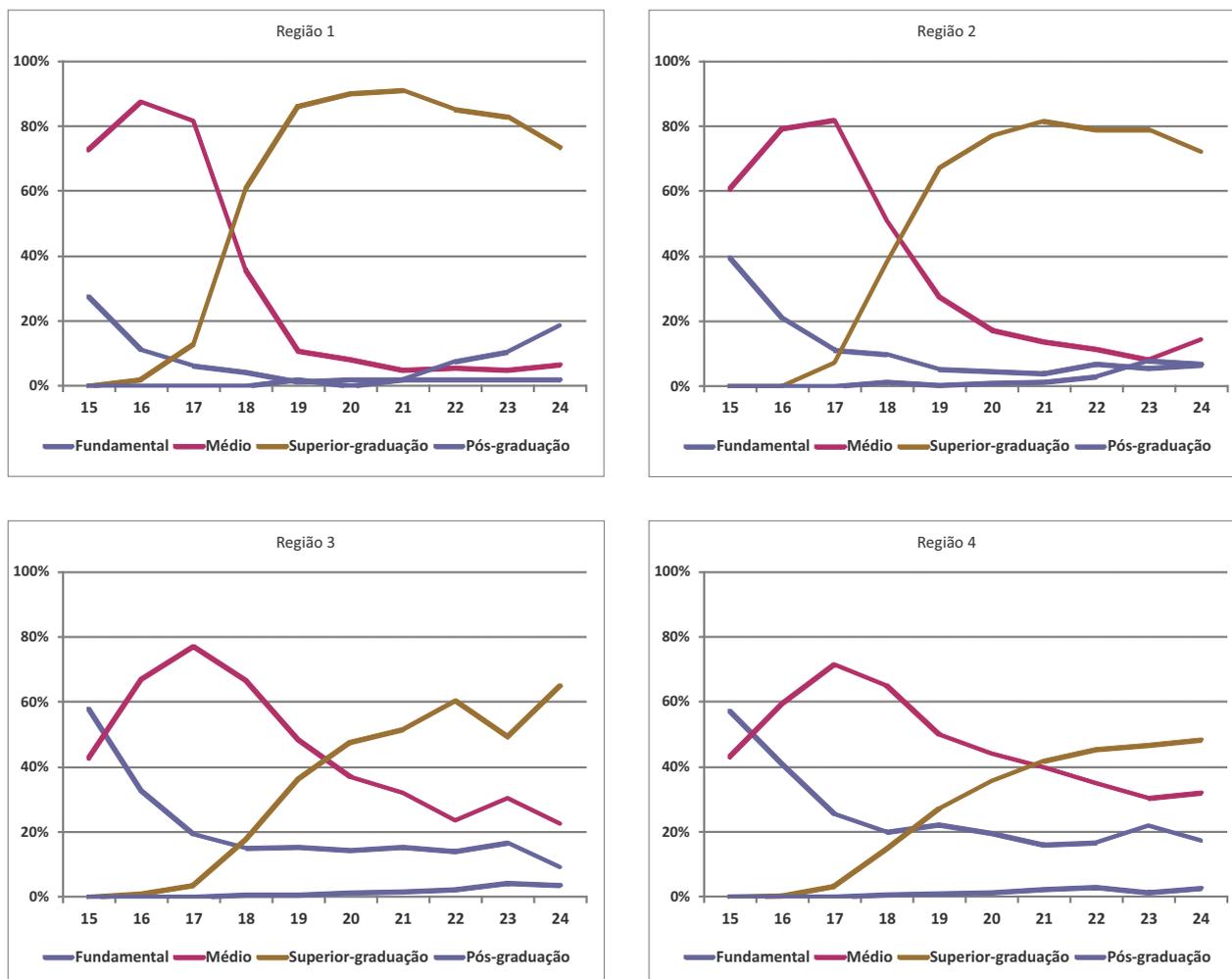
nas demais regiões, onde a participação relativa da escola pública é muito maior entre os 15 e 18 anos do que nas demais idades (Figura 1). Essas diferenças estão associadas ao acesso ao ensino superior público. Os jovens de renda mais alta têm maior acesso ao ensino superior público do que os jovens residentes nas demais localidades. Para esses últimos, o acesso ao ensino superior, ainda que muito pequeno, se dá, sobretudo, por meio de instituições de ensino privadas.

Entre os jovens que frequentam a escola, o perfil etário por nível de ensino também é muito distinto segundo local de residência, como mostram as curvas da Figura 2. Novamente os contrastes envolvem a Região 1, de um lado, e as Regiões 3 e 4, de outro. Entre os jovens residentes na Região 1, a transição entre os ensinos fundamental, médio e superior se dá rapidamente. Aos 15 anos, o ensino fundamental é uma etapa vencida para os 73% que cursavam o ensino médio. Aos 18 anos, 60% já se encontravam no ensino superior, e aos 19 anos, 86%. Aos 22 anos, a frequência a cursos de pós-graduação torna-se expressiva, chegando a 20% aos 24 anos de idade.

No outro extremo encontram-se os jovens residentes nas localidades de baixa renda das Regiões 3 e 4. Observa-se que para esses, a transição é mais lenta, e os níveis de ensino se superpõem em todas as idades. Aos 15 anos, o ensino fundamental ainda é uma etapa a ser vencida para 60% desses jovens. Nas idades seguintes, a frequência ao ensino médio ganha força, mas ainda é relevante a frequência ao ensino fundamental. A frequência ao ensino superior aumenta lentamente com a idade, e ainda mais lentamente entre os jovens residentes nos municípios goianos. A frequência ao ensino superior supera a frequência ao ensino médio aos 19,5 anos na Região 3, e aos 21 anos na Região 4 (Figura 2).

Em resumo, enquanto os jovens residentes nas áreas centrais da AMB permanecem mais tempo no sistema educacional e alcançam em idades mais precoces os níveis mais elevados de escolaridade, a evasão do sistema educacional dos jovens residentes nas localidades de baixa renda é muito elevada, e entre aqueles que frequentam a escola, as características marcantes são a defasagem idade-série, e o difícil acesso ao ensino superior, alcançado por poucos e mais tardiamente.

Figura 2 - Distribuição dos jovens (15 a 24 anos) que frequentam a escola por nível de ensino frequentado, segundo idade e local de residência na Área Metropolitana de Brasília - 2010



Considerações Finais

Os dados apresentados neste artigo referem-se ao ano de 2010, mas pode-se considerar que as desigualdades pouco se alteraram em termos de frequência à escola e nível de escolaridade mais elevado alcançado, como podem corroborar os resultados das recentes pesquisas realizadas pela Codeplan nas regiões administrativas do Distrito Federal e nos municípios goianos da AMB.

No que se refere ao Plano Nacional de Educação, se a taxa de alfabetização de jovens já alcançou níveis muito elevados, mas com pequenas diferenças segundo o nível socioeconômico, as metas 8 e 12 constituem grandes desafios a serem superados, pois a evasão escolar e a defasagem idade-série fazem parte da realidade de uma elevada proporção de jovens residentes na AMB. Esses jovens que vivem em situação de extrema vulnerabilidade, são, em sua maioria, pardos e pretos, e residem nas localidades de baixa renda, com infraestrutura urbana precária e elevados índices de violência juvenil (FERREIRA et al, 2012).

A redução das desigualdades educacionais passa necessariamente por políticas de maiores investimentos no ensino fundamental e médio, pois, como mostram os dados do Censo de 2010, esses níveis de ensino não haviam sido alcançados por mais da metade dos jovens residentes nas regiões mais pobres da AMB (Regiões 3 e 4). Nessas duas regiões, as prefeituras municipais e os governos do Estado de Goiás e do Distrito Federal têm grande responsabilidade, pois para 90% dos jovens que frequentam escolas nesses níveis de ensino, a administração escolar é pública.

De acordo com a classificação da infraestrutura escolar a partir dos dados do Censo da educação básica de 2011 proposta por Neto et. al. (2013), nos municípios goianos, a infraestrutura de mais de 60% das escolas municipais (ensino fundamental, principalmente) e estaduais (ensino médio, principalmente) tinham infraestrutura classificada na categoria básica (INEP, 2011). Segundo Neto et al., essas unidades escolares possuem apenas a infraestrutura básica para funcionamento, como salas de aulas, de diretoria, cozinha, água, esgoto, sanitários e energia. Com uma

infraestrutura não adequada, o ambiente torna-se pouco propício para o ensino e aprendizagem, ainda que esforços possam ser realizados por professores e gestores escolares. Nesse sentido, é fundamental investir na melhoria da infraestrutura escolar pública, municipal e estadual, assim como na capacitação e valorização de professores e gestores escolares para reverter a situação de elevada evasão escolar e defasagem idade-série entre os jovens residentes nesses municípios.

No Distrito Federal, a infraestrutura escolar pública é muito superior ao observado nos municípios goianos, com 83% das escolas classificadas no mínimo como adequadas (INEP, 2011; Neto et. al. 2013). Observa-se, no entanto, que em regiões mais carentes, a infraestrutura escolar é menos adequada. Assim, da mesma forma que nos municípios goianos, as escolas públicas da Região 3 no Distrito Federal devem ser alvo de maiores investimentos e atenção do governo.

No que se refere ao ensino superior, a participação das instituições públicas deixam de ser majoritárias.

Mais que isso, três em cada quatro jovens que cursam o ensino superior o fazem em instituições privadas. Ou seja, o acesso ao ensino superior público ainda se constitui em um sonho muito distante para grande parte dos jovens residentes na AMB. Para alcançar a meta 12, uma expansão do ensino superior ainda maior deverá ser promovida, o que coloca em discussão qual o modelo a ser privilegiado: financiamento do ensino privado ou investimento na expansão do ensino público, e nos dois casos, presencial ou a distância.

Conclui-se assim que as questões relativas à educação dos jovens da AMB são complexas e exigirá da sociedade e dos órgãos governamentais, nas três esferas de governo, enormes esforços para reduzir desigualdades e alcançar as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

(*) *Ana Maria Nogales* - professora do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/CEAM/UnB)

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaultcenso2000.shtm>
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultadosgeraisamostra/resultadosgeraisamostratabufmicrodados.shtm>
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19394.htm>. Acesso em 10/02/2014.
- _____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário oficial da União, Brasília, DF, 10. jan. 2001. Seção 1, p.01. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/leis2001/10172.htm>. Acesso em 10/02/2014.
- _____. Ministério da Educação (MEC). **O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notastecnicaspne20112020.pdf>. Acesso em 10/02/2014.
- FERREIRA, I. C. B. "O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília". In: PAVIANI, Aldo (org.) **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª Edição, 2010, p. 61-81.
- FERREIRA, Ignez; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; PENNA, Nelba de Azevedo, "Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades", IN: EGEA JIMENEZ, C. et al (orgs), **Vulnerabilidad social. Posicionamientos y ángulos desde geografías diferentes**, Editorial Universidad de Granada, Espanha, 2012, pp 347.
- GOMES, Alfredo Macedo, MORAES, Karine Numes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) /Ministério da Educação. **Evolução da Educação Superior Graduação - 1980 a 2007**. Brasília: INEP/Ministério da Educação. 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. Acesso em 10/02/2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) /Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior (2010)**. Brasília: INEP/Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>. Acesso em 10/02/2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) /Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica (2011)**. Brasília: INEP/Ministério da Educação. Disponível em: ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2011.zip. Acesso em 10/02/2014.
- NETO, J. J. S., JESUS, G. R. KARINO, C. A. ANDRADE, D. F. **Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

O perfil (parcial) da cultura no Distrito Federal

(*) Romário Schettino

1 - Introdução

O Distrito Federal chega aos 54 anos com um perfil cultural desenhado pelos seus cerca de 2,5 milhões de habitantes. A Capital dos brasileiros amadurece cheia de histórias registradas em imagens, prosa, verso e música.

No entanto, a cidade ainda carece de dados e indicadores culturais capazes de orientar o Estado na tarefa de produzir políticas públicas permanentes e transformadoras, tendo como meta a cultura como direito do cidadão. Direito de produzir e usufruir bens culturais, de informar e ser informado.

Faz parte de nossa história política a descontinuidade dos projetos e dos programas culturais, e os órgãos gestores sofrem, ao longo dos anos, o reflexo dessa inconstância permanente. Essa situação se agrava no DF por se tratar de uma unidade da federação com apenas cinco décadas de existência.

Por outro lado, é verdade que a criatividade da população vem se encarregando de encontrar soluções para suas necessidades em cada momento de nossa breve história. Muitos artistas se associaram para formar grupos teatrais e musicais. Outros se destacaram nas artes plásticas, na dança e no cinema. Alguns se organizaram em produtoras culturais de sucesso. As artes populares e o artesanato sobrevivem às mudanças de humores da política e às intempéries do Cerrado. À exceção das manifestações tradicionais do Centro-Oeste, que estão em casa, atividades culturais populares foram transplantadas de Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

No atual governo, que tem à frente Agnelo Queiroz, muitas iniciativas, numa espécie de retomada do que fora iniciado no governo Cristovam Buarque (1995-1998), estão sendo implementadas no sentido de dar consistência às políticas públicas.

Um passo importante na obtenção de dados sobre a vida cultural no Distrito Federal está sendo concretizado pela Codeplan ao realizar a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2013. Esse trabalho aponta uma realidade nas 21 regiões administrativas (RAs) já avaliadas e o resultado final sobre as 31 RAs só ficará pronto em julho de 2014.



2 - Pesquisa da Codeplan

A PDAD 2013 é elaborada com uma mostra bastante representativa de domicílios. É possível saber, por exemplo, que a Estrutural é a cidade com o percentual de população mais jovem do DF. Dos 35 mil habitantes, 34,12% são crianças de 0 a 14 anos e 21,45% são jovens de 15 a 24. E mais, que 96% da população não vai a shows, 99% não visitam museus ou nunca foram a teatro e 88% não vão ao cinema. Mas sabe-se que 31,5% deles gostam de música gospel e 13% de sertaneja. Ou seja, vida cultural restritíssima, conforme tabela anexa.

Para chegar a essas conclusões, ainda que parciais, a Codeplan contou com a participação da Secretaria de Cultura na formulação de quatro questões incluídas na PDAD 2013: frequência a museus, teatros, cinemas e bibliotecas; hábitos de leitura; frequência a shows e preferência musical. Essa pesquisa traz dados expressivos que deverão ajudar na definição de prioridades e rumos para uma política cultural duradoura e consequente para o Distrito Federal.

Esse perfil se repete em todas as regiões administrativas pesquisadas até o momento com pequenas variações. Em Taguatinga, com 214 mil habitantes, por exemplo, 52% da população não vai a cinema e 61% não lê livros. Pode-se deduzir que, quando a pesquisa chegar ao Plano Piloto, o perfil tende a ser outro em função do poder aquisitivo e do nível de instrução de seus moradores, aliado à existência de

espaços culturais tradicionais e até certo ponto confortáveis e acessíveis.

A realidade do Distrito Federal em termos culturais ainda está por ser documentada, quantificada e tabulada, mas já é possível afirmar que falta diversificar, democratizar e facilitar ainda mais o acesso aos bens culturais. Trabalho que não se faz em poucos anos, desde que iniciado e continuado de forma séria e consequente.

Brasília foi criada para ser a Capital do Brasil e está recheada de narrativas da cultura popular dos quatro cantos do país e de sofisticadas manifestações artísticas aninhadas e gestadas, primordialmente, na Universidade de Brasília, a primeira e respeitada instituição dedicada à cultura e às ciências da cidade.

Além disso, seria importante saber o que quer a população em termos de espaços culturais e de atividades artísticas. Seria interessante saber por que as pessoas não frequentam cinemas, teatros, museus, mesmo quando são gratuitos! A televisão é um fator decisivo na escolha do que fazem nas horas do lazer e da busca por conhecimento? Será que o tipo de divulgação está sendo o mais adequado? O transporte nos finais de semana está bem planejado? Os preços cobrados no mercado cultural são proibitivos? Enfim, que tipo de ação cultural seria necessária para estimular a mudança de hábitos positivos na população?

Pesquisa como essa ajudará na definição das mais diversas vocações das cidades. Planaltina, por exemplo, é tida como vocacionada para a memória por ser a mais antiga de todas. Brazlândia seria a cidade do artesanato? Taguatinga e Plano Piloto seriam as cidades do teatro e do cinema? Ceilândia é só música nordestina? Sobradinho é mesmo a cidade das artes plásticas?

Além de ajudar o poder público na correção de suas ações, a PDAD pode orientar os produtores culturais na hora de aplicar seus investimentos humanos, artísticos e financeiros. Sabe-se agora que um percentual significativo da população gosta de música gospel, talvez porque esteja vinculado às igrejas católica e evangélica. Isso pode significar que há espaço para outras opções, se o objetivo for atingir a parcela que tem outras preferências musicais.

A renda per capita mensal nas regiões administrativas está bem definida nos dados apresentados no site da Codeplan. As maiores rendas estão concentradas no Lago Sul, Sudoeste/Octogonal,

Park Way, Lago Norte, Brasília/Plano Piloto, Jardim Botânico e Aguas Claras, que ainda não foram pesquisadas. Os levantamentos que ainda serão feitos nessas regiões podem oferecer um quadro diferenciado, mas não representam a maioria da população.

3 - A política de fomento da Secretaria de Cultura

3.1 - Orçamento e emendas parlamentares

A política de fomento da Secretaria de Cultura do Distrito Federal está baseada no Orçamento anual, nas emendas parlamentares, no Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e na Lei de Incentivo à Cultura. Esses instrumentos legais representam algo em torno de R\$ 220 milhões a serem injetados na economia da cultura em 2014, dependendo do efetivo funcionamento da Lei de Inventivos.

Só as emendas parlamentares representam cerca de R\$ 60 milhões, se bem dirigidas e executadas, poderão servir para incrementar a construção e a revitalização de espaços culturais nas diversas cidades do DF. É uma definição a ser alcançada pelos diversos interlocutores da cultura na Câmara Legislativa. Está na hora de inverter as prioridades e aplicar recursos majoritariamente na infraestrutura em vez de se promover eventos meramente eleitoreiros.

Despesas com pessoal e manutenção são cerca de R\$ 50 milhões, valor inferior ao que foi destinado à Secretaria em 2013, apesar do crescimento das demandas com o atendimento ao público.

3.2 - Lei de Incentivos à Cultura

A outra fonte de fomento à Cultura no DF é a Lei de Incentivo nº 5.021/2013. Depois de regulamentada, essa lei poderá injetar no mercado cultural da cidade outros R\$ 60 milhões, mas isso será fruto de nova avaliação quando estiver em funcionamento.

3.3 - O trabalho do Fundo de Apoio a Cultura - FAC

O Fundo de Apoio à Arte e à Cultura (FAAC) foi criado por lei em 1991 e passou por revisões e alterações em 1999, passando a se chamar FAC. O grande salto se deu em 2008, quando a Emenda à Lei Orgânica 52 destinou ao Fundo 0,3% da receita líquida do Distrito Federal. Isso significou passar de R\$ 7,6 milhões em 2007 para mais de R\$ 35 milhões em 2010.

Nesse período, a distribuição dos recursos era muito irregular, matizada por portarias e muitos contingenciamentos ilegais.

Informações: PDAD 2013 no site:

www.codeplan.df.gov.br



O projeto arquitetônico do Teatro Nacional Cláudio Santoro é de autoria de Oscar Niemeyer e o painel é de Athos Bulcão

A partir de 2011 foram estabelecidos os editais públicos, com critérios de concorrência aprovados pelo Conselho de Cultura do Distrito Federal e fiscalizados pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Documento de análise do processo seletivo do FAC 2012 foi elaborado pela Subsecretaria de Fomento da Secretaria de Cultura traz dados importantes sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos nas produções artísticas do Distrito Federal.

Descentralização, democratização e estímulo à expressão da diversidade cultural fazem parte dos princípios que norteiam a atual missão do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Baseadas nesse tripé, as políticas públicas buscam melhor e mais eficiente distribuição dos recursos. Esse fundo, que é um dos maiores do Brasil nessa modalidade, definiu acertadamente que nenhuma Região Administrativa do Distrito Federal pode receber mais do que 30% dos recursos disponíveis no ano.

Essa descentralização é benéfica, mas nem todas as cidades conseguem apresentar projetos no FAC, e a presença do espectador ainda não está confirmada na proporção do investimento. Em 2012 foram investidos cerca de R\$ 42 milhões em 341 projetos, e quantia semelhante foi aplicada em 2011 nos 283 projetos contemplados. Os dados de 2013 ainda estão sendo coletados.

O esforço tem revelado de maneira positiva o surgimento de artistas e produtores culturais em todas as regiões administrativas. Apesar da evidência de que os recursos estão mais bem distribuídos, é fato que faltam espaços e equipamentos culturais nas cidades do Distrito Federal. Essa constatação deverá ser evidenciada por meio de melhor e mais eficiente sistema de avaliação e acompanhamento dos projetos executados.

4 - Conclusão

Com base na pesquisa da Codeplan, pode-se afirmar que a população de baixa renda do Distrito Federal não vai a museu, não vai a teatro, não vai a cinema, nem frequenta bibliotecas. Gosta de música gospel (provavelmente influenciada pelas igrejas evangélicas e católicas) e do estilo sertanejo. A leitura de livros é mínima. Os poucos que leem livros são aqueles que atendem às demandas dos currículos escolares.

A propósito, é interessante observar o que dizem os resultados de pesquisa recente sobre os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, feita pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Segundo os estudos, 59% da população do Distrito Federal veem televisão todos os dias da semana, numa média de 3h21min/dia. Os outros veículos têm uma frequência muito menor, apenas 12% dos brasilienses ouvem rádio todos os dias; 33% têm acesso à internet diariamente (63% têm internet em casa, média superior à nacional, que é de 47%). Jornais e revistas têm uma frequência muito baixa, somente 10% fazem leituras diárias desses veículos, e entre esses, o caderno de cultura está restrito a 3% dos leitores.

Esses e outros dados disponíveis podem ajudar na compreensão do comportamento do brasiliense diante da vida cultural. O que fazer? Com determinação política, investimentos adequados e gestão voltada para revolucionar a administração pública, é possível transformar esses brasilienses em cidadãos menos grudados na televisão, com espírito crítico e culturalmente sintonizados com o que se espera de uma cidade cosmopolita como a Capital do Brasil.

(*) Romário Schettino - jornalista, presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal

Tabela 1 - População por frequência a museu, cinema, teatro, biblioteca, preferência musical e hábitos de leitura segundo as regiões administrativas - Distrito Federal

Região Administrativa	FREQUÊNCIA A MUSEU		FREQUÊNCIA A CINEMA		FREQUÊNCIA A TEATRO		FREQUÊNCIA A BIBLIOTECA		PREFERÊNCIA MUSICAL						HÁBITO DE LEITURA			
	Não frequente	Frequente	Não frequente	Frequente	Não frequente	Frequente	Não frequente	Frequente	Não tem	Gospel	Sertaneja	Demais	Não Sabe	Não faz	Lê 1 a 5 por ano	Lê 6 a 11 por ano	Lê 6 a 11 por ano	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
Gama	95,88	4,12	63,76	36,24	91,15	8,85	93,16	6,84	16,49	18,79	18,22	44,65	1,85	74,15	18,44	5,27	1,92	0,22
Taguatinga	94,25	5,75	52,10	47,88	86,76	13,24	93,23	6,75	12,02	12,66	13,08	60,62	1,61	61,96	27,57	5,99	4,18	0,30
Brazilândia	97,84	2,16	69,93	30,00	93,99	6,01	93,33	6,60	16,01	17,06	25,95	39,80	1,18	78,50	17,45	2,55	1,05	0,46
Sobradinho	94,65	5,35	59,04	40,96	88,30	11,70	86,20	13,80	6,66	10,86	13,72	68,52	0,24	54,56	40,64	2,89	1,90	0,00
Planaltina	97,07	2,93	80,06	19,94	96,96	3,04	89,16	10,84	15,31	13,96	24,95	44,63	1,15	70,02	27,76	2,13	0,09	0,00
Paranoá	98,91	1,09	82,63	17,37	97,28	2,72	93,04	6,96	9,38	17,74	23,73	47,76	1,39	77,12	18,95	3,03	0,91	0,00
N. Bandeirante	93,95	6,05	48,86	51,14	87,42	12,58	91,98	8,02	12,03	14,31	9,01	63,42	1,24	60,70	27,64	3,39	8,27	0,00
Ceilandia	98,53	1,45	66,38	31,62	96,62	3,38	95,28	4,72	12,28	19,44	16,33	50,75	1,20	76,84	18,89	2,80	1,27	0,20
Samambaia	95,39	4,61	64,38	35,52	92,65	7,35	90,75	9,15	18,07	18,89	16,63	45,39	1,01	75,82	18,86	4,15	0,95	0,23
Santa Maria	98,48	1,52	69,75	30,09	94,95	5,05	94,79	5,21	11,02	18,87	19,39	48,52	2,20	77,08	19,79	2,28	0,44	0,40
Sao Sebastiao	98,15	1,85	82,68	17,32	96,24	3,76	93,16	6,84	9,19	16,70	21,47	51,23	1,40	73,32	24,94	1,07	0,67	0,00
Recanto das Emas	96,24	3,76	69,34	30,66	94,96	5,04	91,36	8,60	16,99	15,87	21,99	42,54	2,61	76,00	19,12	3,86	0,57	0,45
Riacho Fundo	94,43	5,57	52,69	47,31	88,04	11,96	91,65	8,35	14,33	14,50	12,91	56,48	1,78	67,97	25,04	4,97	1,89	0,12
Candangolandia	96,81	3,19	53,70	46,30	91,40	8,60	90,83	9,17	11,16	12,70	17,37	57,63	1,14	70,90	22,44	4,84	1,71	0,11
Riacho Fundo II	98,05	1,95	62,41	37,59	94,46	5,54	94,41	5,59	14,73	18,92	16,38	49,58	0,40	71,09	25,11	2,65	1,05	0,10
Varjão	99,70	0,30	86,77	13,23	98,75	1,25	94,66	5,34	10,68	17,08	18,39	50,77	3,08	81,49	17,02	1,36	0,12	0,00
SCIA-Estrutural	99,77	0,23	88,40	11,60	99,38	0,62	97,30	2,70	8,95	28,72	12,22	49,94	0,17	81,64	14,64	2,03	1,13	0,56
Sobradinho II	94,10	5,90	63,25	36,75	90,36	9,64	90,58	9,39	5,29	14,71	15,87	62,64	1,49	61,40	33,25	3,77	1,58	0,00
Itapoá	95,15	4,85	82,80	17,20	94,34	5,66	94,31	5,67	9,04	21,61	16,82	51,24	1,28	76,70	17,28	3,88	2,12	0,03
Vicente Pires	95,29	4,71	44,22	55,75	84,28	15,72	93,55	6,45	8,76	14,20	11,31	65,15	0,58	59,40	32,27	4,32	3,95	0,06
Fercal	99,27	0,73	86,80	13,20	98,47	1,53	96,45	3,42	9,54	22,31	26,77	40,29	1,10	82,95	15,46	1,22	0,37	0,00
Total	96,66	3,34	66,99	32,98	93,32	6,68	92,78	7,20	12,78	17,06	17,64	51,15	1,37	71,96	22,81	3,48	1,60	0,20

Fonte: Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2013

Políticas Sociais no Distrito Federal

(*) Osvaldo Russo

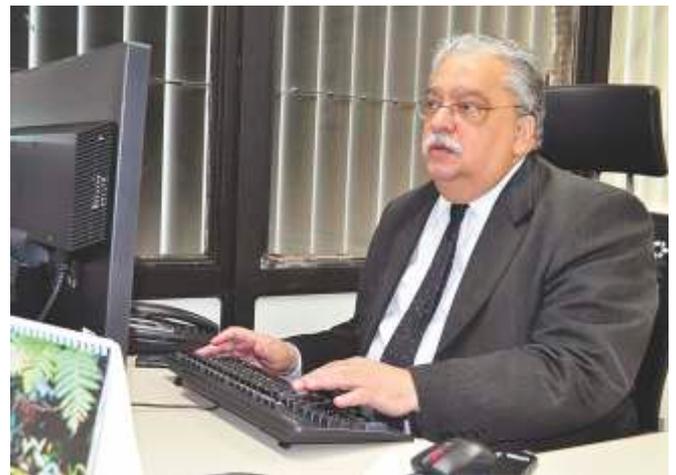
Em 2011, no início da atual gestão, o programa do Governo do Distrito Federal apontava entre suas prioridades a implementação de uma política de desenvolvimento humano, de modo a conectar o DF às políticas sociais adotadas com sucesso pelo Governo Federal a partir de 2003. Durante esses três anos, o GDF fez, por meio da Casa Civil, o acompanhamento e o monitoramento das agendas sociais de governo. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), por outro lado, realizou diversos estudos que subsidiaram o governo na promoção de ajustes e melhorias de suas ações.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE), a taxa de crescimento da população do Distrito Federal superou a do Brasil, ao alcançar variação de 1,53%, de 2011 para 2012, chegando a pouco mais de 2,7 milhões de habitantes. Estes dados demonstram que a população do DF com idade superior a 10 anos apresentou melhoras na quantidade de anos de estudo e, em 2014, o Distrito Federal poderá ser considerado território livre do analfabetismo.

Em relação ao mercado de trabalho, os dados mostram que, em 2012, no DF, o emprego com carteira assinada apresentou crescimento de 0,88%, em relação a 2011, enquanto que no Brasil essa variação foi de 0,06%. Os dados indicam que o trabalhador do DF ainda possui o melhor rendimento médio mensal do país (R\$ 2.654,00).

Outra importante constatação foi a redução no DF do Índice de Gini, que passou de 0,624, em 2009, para 0,598, em 2011, e 0,572 em 2012. Isso demonstra pela primeira vez desde o início da série em 2001, uma redução na desigualdade da distribuição de renda, retirando o DF do primeiro lugar do rank da desigualdade.

Em relação à Educação Básica, outro estudo revelou que as escolas públicas do DF possuem taxas de aprovação de 88,1% no Ensino Fundamental e 74,2% no Ensino Médio. A taxa de abandono no Ensino Fundamental se mostrou pequena (1,1%), enquanto que no Ensino Médio observa-se um índice mais acentuado de 7,3%, ainda assim uma das menores taxas no Brasil. Em relação à distorção idade-série, o DF apresenta um percentual de defasagem, em 2012, inferior ao consta-



tado em 2005, tanto no Ensino Fundamental (de 31% para 22%) como no Ensino Médio (de 50% para 35%).

Por sua vez, observou-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do DF superou as metas estipuladas pelo Ministério da Educação. Das escolas de Ensino Fundamental de anos finais, 45,0% alcançaram ou passaram do teto das metas do IDEB, 39,8% ficaram abaixo das metas e 15,2% sem o índice. Em relação ao Brasil, o DF superou as metas nacionais em todas as etapas da Educação Básica.

Em relação ao trabalho infantil, os estudos indicam que no Distrito Federal, no período de 2011 a 2012, observa-se praticamente a erradicação desta mazela social na faixa etária de 5 a 9 anos, além de uma grande redução na faixa etária de 10 a 14 anos, ficando abaixo de 0,5%, o que caracteriza uma tendência acelerada à erradicação. Essa redução pode ser atribuída pela consolidação do modelo de proteção social implantado e o fortalecimento das ações de desenvolvimento social no Distrito Federal.

Na área da igualdade racial e de gênero, estudos apontam que, apesar dos avanços alcançados, ainda há grandes desafios para superarmos a desigualdade entre a população negra e não negra e entre mulheres e homens. Em relação à desigualdade do rendimento médio mensal das mulheres em comparação ao dos homens percebe-se que no DF a distorção é menor do que a observada no Brasil. No DF, a distorção desse rendimento apresentou uma pequena melhoria entre 2011 a 2012. Contudo, as

mulheres ainda recebem em média salário 30% inferior ao dos homens.

A pesquisa realizada nos restaurantes comunitários do DF demonstrou que a maior parte dos usuários é moradora da Região Administrativa onde se localiza o restaurante ou de região próxima. A avaliação dos restaurantes tem predominância positiva, sendo que 58,6% dos entrevistados relataram que a refeição é saudável, 51,2% indicaram receber um bom atendimento, 47,8% informaram que a refeição possui um bom sabor e 52,4% dos usuários disseram que o ambiente do restaurante é bom.

Outra iniciativa importante foi a criação pela Codeplan do Observatório dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio - ODM. Os indicadores revelam as mudanças profundas que estão ocorrendo no DF e em sua área metropolitana, onde se constata a redução da pobreza e da extrema pobreza e a melhoria da educação, da saúde, da infraestrutura urbana e da qualidade de vida da população.

O novo governo, iniciado em 2011, teve como desafio resgatar a confiança da população do DF, abalada após diversas denúncias de corrupção e implantar um modelo mais orgânico de políticas públicas na área social. Seguindo a diretriz de governo, as políticas de saúde, educação, assistência social e o combate à pobreza e às desigualdades passaram a ser foco prioritário.

Uma das primeiras ações do governador do DF, em 2011, ao assumir o governo foi decretar situação de emergência na área da saúde, que se encontrava em situação caótica e caminhava na contramão do que é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS): descentralizar o atendimento e priorizar as ações de atenção básica.

As políticas de transferência de renda e de assistência social também apresentaram grandes mudanças estruturais. O DF reorganizou as principais ações destas políticas seguindo as normativas federais, unificou os cadastros existentes no Cadastro Único dos Programas Sociais e utilizou suas informações para reordenar diversos programas de transferência de renda, atuando a partir de critérios técnicos.

Logo no primeiro ano de governo foi implantado, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, o Plano DF Sem Miséria e, devido à unificação dos cadastros, foi possível complementar a renda mensal transferida pelo Bolsa Família. Deste modo, o GDF garantiu que nenhuma família receba menos de R\$ 140,00 per capita, ou seja, valor abaixo da linha da pobreza. A PNAD indica, no DF, uma redução de 39% da população pobre e extremamente pobre, entre 2009 a 2012.

Foi implementada uma nova e estruturada política de habitação. O programa Morar Bem altera a concepção de moradia restrita ao conceito de unidade habitacional e passa a entender esse espaço de forma completa, inserido em um território com acesso aos serviços e equipamentos públicos. Esse programa altera a seleção dos beneficiários, pois estipula regras de acesso, hierarquização, fluxos e procedimentos para que o candidato tenha acesso à sua moradia própria regularizada e de qualidade.

Na área da educação, a concepção do governo é garantir o pleno desenvolvimento de cidadãos, críticos e comprometidos com a transformação social. O projeto busca fortalecer o caráter público e democrático da escola, a construção do sentimento de pertencimento e da autoestima dos estudantes, dos trabalhadores e de toda a comunidade. O governo elegeu entre suas prioridades maior acesso à Educação Infantil com a construção de novas creches, a ampliação da Educação Integral no Ensino Fundamental, a contratação de novos professores e a gestão democrática nas escolas com eleição dos diretores pela comunidade escolar. O DF conta com uma rede de ensino bem estruturada com 651 escolas e creches, sendo que 35% delas são de ensino em tempo integral. Apesar da boa estrutura do Ensino Fundamental e Médio, o número de creches ainda é baixo. Diante deste cenário, uma das principais ações do governo na área da educação foi priorizar a construção de 115 novas creches. Em dezembro de 2013, 67 creches estavam em ação preparatória, 39 creches em obras e 5 unidades aguardando a emissão de ordem de serviço. Três creches foram inauguradas e uma creche está em processo de entrega.

Outro ponto importante a ser destacado foi a realização de concurso público destinado a contratação de 804 professores para a Rede de Ensino Básico. O *Cartão Material Escolar* promoveu a dignidade e a cidadania para mais de 56 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família, dando acesso à compra direta de material escolar nas papelarias. Com o cartão as famílias podem ir até as papelarias credenciadas e comprarem o seu próprio material e, por sua vez, beneficiam a economia local.

O *Brasília Sem Fronteiras* foi lançado em 2013 e é considerado um programa inovador na área da educação, que tem como objetivo garantir aos estudantes do Centro de Interescolar de Línguas (CIL) e aos servidores do GDF a oportunidade de realizar uma imersão cultural por meio de intercâmbio internacional. A iniciativa proporcionou bolsas de estudo nos Estados Unidos e na Europa, em instituições de educação de referência mundial a 126 estudantes do CIL e 64 servidores do GDF.

Entre 2011 e 2013, o esforço realizado na área da saúde foi o de priorizar as ações de atenção básica e organizar as atividades da saúde pública conforme as

diretrizes nacionais do SUS. Até 2010, o *Programa Saúde da Família* não era prioridade e todos os problemas eram canalizados para os principais hospitais da região, aumentando a demanda e pressionando a qualidade do atendimento. Uma das primeiras ações do governo foi ampliar o número de equipes de Saúde da Família, o que garantiu uma cobertura de 26% de toda a população do Distrito Federal. Visando garantir a ampliação do atendimento da Saúde Básica o governo, em 2013, construiu quatro novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), reformou 11 postos e centros de saúde e entregou três clínicas da saúde. Na área da saúde da mulher, quatro carretas entraram em operação, nas quais mais de 100 mil mulheres foram atendidas e fizeram exames preventivos de câncer de colo de útero e de mama.

Nas áreas de média e alta complexidade da saúde o governo garantiu as obras de ampliação do Hospital da Criança José Alencar e inaugurou o Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). O Distrito Federal também assumiu a liderança nacional na realização de transplantes de fígado e rins.

O *Plano DF Sem Miséria*, instituído por lei pelo governo, em 2011, prevê a realização de ações integradas e articuladas nas diversas políticas públicas da área social nos eixos de garantia de renda, acesso à serviços públicos e inclusão produtiva. Uma das ações prioritárias do governo nesta área foi a revisão e unificação dos cadastros dos programas sociais. Somente com um cadastro de qualidade foi possível garantir o atendimento dos indivíduos mais vulneráveis. Essa ação estratégica permitiu o cadastramento de 246.789 famílias que podem participar dos programas Luz para Todos, Morar Bem e Bolsa Família, entre outros.

No DF há 87.355 famílias beneficiadas pelo *Bolsa Família* e 57.832 famílias com suplementação financeira do DF Sem Miséria. Com esta complementação nenhuma família no DF possui rendimento inferior a R\$ 140,00 per capita. O DF Sem Miséria, que inclui o Bolsa Família Federal, retirou 24 mil famílias da extrema pobreza e 37 mil famílias da pobreza.

Em relação à assistência social, o GDF conectou o Distrito Federal com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado, em 2005, pelo Governo Federal. Devido a essas mudanças, a assistência social alcançou um novo patamar, deixando o assistencialismo histórico, realizando ações estruturadas e descentralizadas e garantindo o atendimento da população mais vulnerável.

A Assistência Social conta hoje com uma gama de unidades públicas estruturadas. O Distrito Federal possui 27 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nove Centros de Referência Especializado de

Assistência Social (CREAS), uma unidade com atendimento 24 horas, 17 Centros de Orientação Socioeducativa (Coses) e nove unidades de acolhimento. Neste período de governo também foram implantados dois Centros POP, responsáveis pelo atendimento da População de Rua.

Além dessas unidades em funcionamento o governo está construindo três novos CRAS e três novos Abrigos Institucionais. Segundo dados do Registro Mensal de Atendimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no período de Janeiro a Setembro de 2013 152.839 pessoas foram atendidas pelos CRAS do Distrito Federal e 10.791 famílias foram encaminhadas para serem incluídas no Cadúnico.

O *Programa Cidade Acolhedora*, implantado em 2013, foi destaque na área, sendo responsável pela implantação da política de abordagem e de atendimento à população em situação de rua. Este programa garante apoio, orientação e acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de rua. O governo também implantou o programa “Crack é possível vencer” para enfrentar o uso do crack no Distrito Federal.

Em relação à segurança alimentar e nutricional, o DF conta com 13 restaurantes comunitários localizados em áreas com grande concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esses equipamentos servem refeições para os usuários a um custo de R\$ 1,00 e garantem uma alimentação saudável, balanceada e de qualidade. Além dos restaurantes comunitários o governo conta com uma gama de programas que articulam segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

O *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* prevê a compra direta governamental de produtos da agricultura familiar. A compra desses alimentos abastece o Banco de Alimentos da Ceasa que efetua doações aos equipamentos da rede socioassistencial. Atualmente, 1.050 agricultores familiares fornecem sua produção ao programa, garantindo o atendimento de 29 mil famílias por meio de 156 entidades socioassistenciais. Em 2014, o governo espera alcançar o número de 1.130 agricultores familiares fornecendo alimentos para o programa.

Por sua vez, o *Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais do DF* promove a regularização de ocupações de terras na zona rural e garante a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos a serem criados, nos quais já foram instaladas mais de 300 famílias de trabalhadores rurais. O Programa contempla 7.523 famílias em 15.348 hectares de terras, cujas áreas estão em processo de regularização pelo Conselho de Política de Assentamento, sendo que todas as famílias de assentamentos regularizados são cadastradas no Cadúnico.

Assim como na esfera nacional o principal programa de capacitação do Distrito Federal, o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico* (PRONATEC), criado em 2011, para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, dentre seus objetivos está a expansão, a interiorização e a democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, o aumento das oportunidades educacionais aos trabalhadores e a melhora da qualidade do ensino médio. Em 2013, 5.439 pessoas foram formadas em cursos com frequência superior a 75% no Distrito Federal.

Na área da inclusão produtiva destacam-se dois programas inovadores implantados nesse período: a Inclusão Social e Econômica dos Catadores e a Fábrica Social. O programa de inclusão dos catadores criou o *Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis* (CIISC/DF). Com isso, já foram realizados dois mutirões no Lixão da Estrutural, para emissão da documentação básica, assistência judiciária e outros atendimentos que beneficiaram 784 pessoas. Outra ação do programa é a oferta diária de café da manhã para 2.000 catadores.

A *Fábrica Social* criada pelo GDF é um Centro de Capacitação Profissional e tem como objetivo promover cidadania por meio da capacitação e da qualificação de pessoas, contribuindo com o processo de inserção social, estimulando ações e atividades de organização coletiva. Através desse projeto espera-se ampliar as oportunidades aos menos favorecidos e em consequência a diminuição das desigualdades.

Nesse projeto os beneficiários podem ampliar sua renda com a produção de uniformes escolares e profissionais e de materiais esportivos. Todo esse trabalho promove impacto direto na autoestima, qualificação e inserção dos beneficiários no mercado de trabalho. O Distrito Federal, conta hoje, com uma fábrica social em funcionamento que já beneficiou mais de 1.300 pessoas. Em dezembro de 2013, a renda das pessoas envolvidas no projeto praticamente alcançou R\$ 1.300,00 por pessoa.

Na área de habitação, por meio de um cadastro realizado pela internet, os candidatos são classificados em ordem crescente de prioridade social, conforme legislação vigente. Após a comprovação dos dados cadastrais, o processo é habilitado e a família pode manifestar interesse por até três empreendimentos. Nesse novo modelo, o *Programa Morar Bem* já prospectou 100.067 unidades habitacionais e entregou as chaves da casa própria a 3.853 famílias. Convocou 121.269 inscritos no Novo Cadastro de Habitação e habilitou 66.339 famílias à aquisição de uma unidade habitacional.

Na área cultural, há uma agenda rica com exposições permanentes e itinerantes. A cada ano o *Festival de Brasília do Cinema Brasileiro* se consolida e passa a ser uma grande referência. Em 2013, o festival aconteceu no Cine Brasília que passou por uma grande reforma, garantindo a qualidade dos espaços e dos equipamentos. Em 2012 e 2014 realizaram, com grande destaque nacional, a I e a II Bienal Brasil do Livro e da Leitura. Outro evento importante na área da cultura, em 2013, foi a realização da Feira do Livro, que reuniu, ao lado da Biblioteca Nacional de Brasília, 62 expositores e mais de 40 autores.

O principal desafio, no período 2011-2013, na área de criança e adolescente, foi garantir um sistema de proteção social alinhado às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse sentido, o governo inaugurou o Núcleo de Atendimento Integrado e a Unidade de Atendimento Inicial com o objetivo de prestar atendimento imediato ao adolescente autor de ato infracional e sua família. Outra ação importante foi a construção de novas unidades de internação para garantir a desativação do antigo CAJE. Em 2014, serão entregues novas unidades de internação, respeitando esse novo modelo de unidades menores e descentralizadas, e novas unidades de atendimento em semiliberdade. Além disso, o governo garantiu a qualificação profissional de 461 adolescentes do sistema socioeducativo.

Para garantir proteção às crianças e adolescentes, o governo conta também com dois equipamentos de atendimento a este público. O Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA) funciona 24 horas, é responsável por receber denúncias de violações de direitos. O Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, criado em 2013, atende inicialmente crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

O governo aprovou o *Plano Distrital da Primeira Infância* que prevê a formulação de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. Esse Plano conta com 13 metas gerais que incluem as áreas de saúde, cultura, diversidade, educação, igualdade racial e mais seis metas construídas pelas próprias crianças. O governo também lançou a campanha *Infância Sem Racismo*, com orientações sobre como identificar, evitar e combater atitudes e ações discriminatórias. Em 2013, Brasília sediou a Conferência Global sobre Trabalho Infantil, apresentando resultados que apontam a erradicação do trabalho infantil nas crianças de 5 a 9 de idade e a caminho da erradicação na faixa de 10 a 14 anos no Distrito Federal.

No final de 2012, o GDF criou o *Conselho de Juventude* composto por 21 membros titulares, sendo sete representantes do Governo e 14 da sociedade civil. Para o ano de 2014 está previsto a criação de 14 Centros

de Juventude que ofertarão qualificação profissional, convivência com outros jovens e ação social e comunitária. O DF também oferta ao público jovem o programa *Projovem Trabalhador Juventude Cidadã* que oferece cursos de qualificação profissional, voltado para jovens de 16 a 29 anos, especialmente, em situação de desemprego, integrantes de famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo que estejam cursando ou tenham concluído o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, ou encontram-se fora da escola.

Na área de defesa dos direitos das mulheres o governo criou a *Câmara Técnica Distrital de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres*. Outra ação importante nesta área foi o lançamento do *Disque Direitos Humanos da Mulher*, em parceria com a Codeplan, canal telefônico destinado a garantir o atendimento de mulheres vítimas de violência. O serviço conta com profissionais treinadas para oferecer orientações e informações às mulheres.

Outra ação importante é o atendimento realizado nos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica. Os dez núcleos existentes no Distrito Federal oferecem acompanhamento psicossocial às famílias em situação de violência doméstica encaminhadas pelas Casas Abrigos, Juizados Especiais Criminais e Varas de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, além do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. De janeiro a outubro de 2013, foram realizados 9.357 procedimentos, incluindo o acolhimento oferecido às mulheres, crianças e adolescentes, representando um aumento de 15,7% em relação a 2012.

A parceria entre as Secretarias de Saúde e da Mulher garantiu a implantação de quatro Carretas da Mulher. Esses equipamentos possibilitam às mulheres a realização de diversos exames preventivos. As *Casas Abrigos* garantem a proteção de mulheres e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual, que correm risco de morte, em que são supridas necessidades como alimentação, vestimenta, transporte, lazer e segurança.

Na área de defesa de direitos aos idosos, o governo lançou o *Plano de Atenção ao Idoso*. Em 2013, 5.291 foram atendidos através do trabalho de assessoria nas áreas jurídica, psicológica e assistência social. A Ouvidoria registrou 610 manifestações, das quais, 201 foram denúncias de violência contra idosos.

Na área de defesa das pessoas com deficiência, o governo lançou o *Plano Viver sem Limite*, cujas ações estão estruturadas em quatro eixos: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade, já apresentando resultados com a entrega de 32 ônibus escolares adaptados, 290 salas nas escolas com recursos multifuncionais e um centro especializado para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Em 2011, segundo o DATASUS, as mortes entre jovens apresentavam situação preocupante no DF. De todas as mortes ocorridas por acidentes de trânsito, 28,9% foram de jovens entre 15 e 29 anos. Em 2013, desde quando foi implantada a faixa de pedestres (1995) ocorreu o menor número de acidentes e de mortes no trânsito em Brasília. Diante dos homicídios entre jovens de 15 a 29 anos, o GDF aderiu ao *Plano Juventude Viva*, com ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade dos jovens.

O desenvolvimento das políticas sociais pelo Governo do Distrito Federal possibilitou as condições para o enfrentamento das desigualdades. A recuperação dos serviços públicos, a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida criaram novas perspectivas para o desenvolvimento humano no

Distrito Federal, conectando Brasília com o país. É preciso, no entanto, continuar e ir além, completando os objetivos e as metas sociais e, sobretudo, consolidando as políticas públicas de Estado na Capital da República.

(*) *Oswaldo Russo* - Estatístico, Diretor de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan, foi Secretário da Criança e Assistência Social do Distrito Federal e Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O desenvolvimento das políticas sociais pelo GDF possibilitou as condições para o enfrentamento das desigualdades.

A recuperação dos serviços públicos, a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida criaram novas perspectivas para o desenvolvimento humano no Distrito Federal, conectando Brasília com o país.

Lançamento de livro

PLANEJAMENTO & URBANISMO na atualidade brasileira

Suely Gonzales, Jorge Guilherme Francisconi e Aldo Paviani organizaram o livro "Planejamento e Urbanismo na Atualidade" que traz catorze artigos de especialistas sobre temas setoriais do urbanismo brasileiro.

Trecho do livro: "O planejamento, por definição, trabalha com as possibilidades de prever as tendências do fenômeno objeto de sua intervenção. Portanto, o conhecimento desse objeto deve permitir fazer previsões confiáveis sobre seu processo. Assim, a aplicação do método de conhecimento científico aos fenômenos urbanos se faz necessária por exigência da própria natureza do planejamento". (Suely F. N. Gonzales)



AGENDA SOCIAL - Enfrentando as desigualdades

Neste livro, Osvaldo Russo compartilha sua interpretação pessoal das políticas sociais empreendidas pelo poder público e conduz o leitor a uma reflexão sobre os grandes desafios no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil.

Trecho do livro: "Além de enfrentar a corrupção, é preciso, como explicitado pelo novo governador, restabelecer o papel do Estado em relação às políticas públicas, resgatando a função de planejamento para promover o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e distribuição de renda, superando a pobreza, a violência e as desigualdades". (Osvaldo Russo)

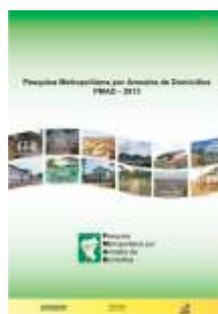
Publicações Codeplan

www.codeplan.df.gov.br



Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal

Estudo revela motivos e panorama da migração de pessoas de outros Estados para o Distrito Federal.



Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD - 2013

Pesquisa socioeconômica realizada nos 12 municípios da Área Metropolitana de Brasília.

As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Distrito Federal. Mostra a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da PNAD/IBGE. Detalha esses indicadores por Região Administrativa em 2011, de acordo com a PDAD/Codeplan.



Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento.



O significado do golpe de 1964

(*) Gilney Viana

O cinquentenário do golpe militar de 1º de abril de 1964 tem motivado reflexões de variados matizes políticos e ideológicos. Não poderia ser diferente. O golpe militar de 1964 foi um fato político importante por várias razões, dentre as quais destaco três: a deposição do presidente João Goulart, cortando a experiência democrática ainda recente e incompleta iniciada em 1946; a instalação da ditadura civil-militar que durou 21 anos e impôs mudanças na realidade política, social e econômica do país; e terceiro, a transição ao estado de direito democrático iniciada ainda durante o regime ditatorial, e até hoje inconclusa, com a persistência de elementos institucionais e não institucionais do antigo regime.

O debate sobre o caráter do golpe militar e da ditadura civil-militar não é um debate inocente, neutro, diletante. É uma disputa política, ideológica e cultural cujo objeto explícito é a leitura dos eventos passados, que se desdobram explícita ou implicitamente sobre as leituras do presente. É uma disputa legítima que tende a se espalhar na sociedade. E aqui assumo o lado dos que criticam o golpe militar e a ditadura e buscam revelar os interesses e razões verdadeiras por detrás dos discursos dos que a defendem ou se calam diante de versões falaciosas.

O movimento de 1º de abril foi um golpe militar e não uma revolução democrática. É certo que houve participação civil na conspiração golpista e nos atos públicos antes e após o golpe, e neste sentido foi um golpe civil-militar. Contudo, o seu desfecho de curto prazo, com deslocamento de tropas sem combates consumou a mudança de correlação de forças por adesão dos comandos militares aos golpistas. No golpe não houve nenhuma participação ativa de massa. Pelo contrário, as manifestações de rua que ocorreram foram contra o golpe e a favor da legalidade democrática, como a greve geral decretada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGC) e efetivada por algumas categorias de trabalhadores no Rio de Janeiro, as manifestações de rua em Recife no dia 1º, dissolvidas à bala pelo Exército.

O golpe e a consequente ditadura militar tiveram um caráter de classe. Expressaram os interesses e os temores da burguesia, especialmente daquela parcela associada ao capital estrangeiro e dos proprietários de terra (latifundiários, donos de usinas e engenhos de



Gilney Viana em palestra no auditório da Codeplan

açúcar etc.). No seio das classes dominantes a conspiração foi bem sucedida: conseguiu agregar os principais setores da burguesia e do latifúndio isolando João Goulart e lideranças burguesas que o apoiavam. Este conteúdo antitrabalhador e antipovo se confirma com a onda repressiva contra todas as formas de organização dos trabalhadores, principalmente os sindicatos; e a perseguição, a prisão, a tortura, os assassinatos e o desaparecimento forçado de suas lideranças. E não menos importante: a imposição do arrocho salarial, a proibição de greve, que facilitaram enormemente a saída da crise econômica às custas da superexploração do trabalho.

Contudo, o golpe não teria sucesso sem o apoio de parte da classe média urbana e do empresariado da imprensa falada e escrita que alardeou a eminência do Governo João Goulart se tornar um regime comunista. E este sucesso teve muito a ver com a difusão da

propaganda anticomunista cujo principal lema era a defesa da propriedade, vale dizer a propriedade dos latifundiários, donos de engenhos e empresas rurais.

Não menos importante foi o apoio dos Estados Unidos. E isto só pode ser entendido se relembrarmos que havia uma disputa por hegemonia em escala global, entre Estados Unidos e União Soviética. O governo norte-americano via com preocupação a emergência de um governo popular no Brasil e sua capacidade de influenciar a América Latina. Não só apoiou com dinheiro, particularmente a entidades golpistas que faziam a guerra psicológica anticomunista como o Instituto de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), como deslocaram tropas para um eventual apoio e desembarque caso houvesse resistência. Não por acaso ao golpe brasileiro sucederam golpes e ditaduras militares em quase toda a América Latina. Foi uma resposta à Revolução Cubana, vitoriosa em janeiro de 1959 e que estimulava sonhos revolucionários na região, mais ainda quando Cuba se declarou socialista o que incomodava profundamente os Estados Unidos.

Deve se considerar, como elemento fundamental, o acirramento da crise econômica, política e social, vivido pelo país nos anos de 1961 a 1964. É verdade que existia uma crise econômica, em decorrência de perda do impulso desenvolvimentista dos anos 1950, mas a principal vertente da crise era o acirramento da luta de classes. Pela primeira vez na história moderna, as classes trabalhadoras emergiram com força no cenário político nacional: de um lado a nova classe operária criada pela industrialização com seus sindicatos e sua central sindical, o CGT, demonstrando força com as greves gerais de 1961 e 1963. E ao seu lado a emergência do campesinato como sujeito histórico coletivo autônomo, fora do controle dos latifundiários e usineiros, com suas ligas camponesas, sindicatos, lideranças próprias alardeando a palavra de ordem de Reforma Agrária na Lei ou na Marra.

Esta situação de conflito se desenvolvia nos marcos do regime democrático e tendia a se resolver pela via eleitoral, isto é, nas eleições presidenciais de 1965, para as quais já estavam colocadas duas principais candidaturas de JK e Carlos Lacerda. Prevaleceu a tendência golpista, cuja expressão pública era dada por Carlos Lacerda, o pretense candidato a presidente da república em 1965, que preferia uma eleição sem uma candidatura das esquerdas, e até mesmo do JK, que representava o projeto desenvolvimentista questionado.

A ditadura se declara com o Ato Institucional nº 1 com pretensões de manter rituais formalmente democráticos, embora subjugados ao poder militar. E na primeira experiência de consulta popular, mesmo limitada e manietada, o povo derrotou a ditadura nas

eleições para os governos da Guanabara e de Minas Gerais elegendo lideranças moderadas do PSD, mas ligadas a JK. O regime não suportou e editou o Ato Institucional nº 2, que aboliu as eleições diretas, inclusive para Presidência da República. E assim sucessivamente, quando o povo voltou a se organizar e a se manifestar em 1967 e principalmente em 1968, os militares, tecnocratas e lideranças empresariais que se sustentavam mutuamente não suportaram a pressão popular e emitiram o Ato Institucional nº 5 e uma grande, violenta e sanguinária onda repressiva cujos efeitos assistimos até hoje.

A solução militar desencadeada em 1969 vai destruir ou desestruturar todas as formas de organização de resistência, inclusive da resistência armada, tanto nas cidades como no campo. O povo na sua sabedoria, aprendendo na adversidade, procura novos caminhos, e nos anos de 1974, 1976 e 1978, impôs sérias derrotas eleitorais à ditadura, votando no MDB. E de repente, como se ninguém percebesse, começaram as pequenas greves, a retomada do movimento estudantil, e as lutas pelas liberdades democráticas, tendo a frente a bandeira da Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Este processo culmina com o surgimento de um novo movimento sindical que explode em greves gigantescas, com epicentro no ABCD paulista, extrapolando as possibilidades da repressão, dada sua magnitude. E o fim da ditadura se tornou inevitável.

Contudo, os militares, os tecnocratas e os empresários acordaram entre si a transição, e este acordo não envolveu nem a oposição reconhecida, nem a oposição clandestina ou dispersa no exílio. Este acordo, que se inicia com a Anistia Parcial de 1979, vai limitar as possibilidades de avanço democrático, particularmente no campo do respeito aos direitos humanos. Superar os resquícios da ditadura, fazer avançar a transição democrática, especialmente a justiça de transição, são hoje, elementos centrais para se consolidar o Estado Democrático de Direito.

Gilney Viana - Coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Estudante à época do golpe de 1964, foi militante do PCB e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Participou da resistência armada, foi preso no início da década de 1970 pelo DOI-CODI e mantido sobre prisão até o final desta década. Ao sair da prisão se engajou na fundação do PT, partido pelo qual elegeu-se Deputado Estadual e Deputado Federal por Mato Grosso.

Atividade econômica do DF cresceu 1,2% em 2013

(*) *Sandra Regina Andrade Silva*

A atividade econômica no Distrito Federal, segundo o Índice de Desempenho Econômico (Idecon-DF), cresceu 1,2% no 4º trimestre de 2013, na comparação com igual período de 2012, encerrando o ano com crescimento acumulado no mesmo patamar, 1,2% em relação ao ano de 2012. Apesar desse crescimento, os resultados ficaram abaixo da variação do PIB trimestral registrado pelo IBGE para o Brasil, que cresceu 1,9% no último trimestre e 2,3% no acumulado de 2013.

SERVIÇOS

Na estrutura do PIB-DF, esse setor representa 93,20% de toda a atividade econômica, determinando o resultado geral do desempenho econômico local. No 4º trimestre de 2013, houve variação positiva de 1,1% em relação ao mesmo período de 2012. No acumulado de 2013, cresceu 1,2% em comparação com 2012. No contexto nacional, o setor cresceu 1,8% no 4º trimestre e 2,0% no ano.

Na maioria das atividades desse setor houve variações positivas na comparação dos quartos trimestres de 2013 e 2012, exceto na Intermediação Financeira que retraiu 1,3%. Verificou-se expansão nos Serviços de Informação (4,7%), Comércio (4,6%), demais subsetores de serviços (3,2%) e na atividade da Administração, Saúde e Educação Públicas (0,2%).

Essas informações podem ser confirmadas pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE), ao observar que o mercado de trabalho do DF gerou 19.718 empregos formais em 2013, quantidade inferior à verificada em 2012, quando as admissões superaram os desligamentos em 24.411 postos. As contratações concentraram-se na atividade de serviços - excluindo comércio e administração pública - que tiveram saldo de 19.803, indicando que houve arrefecimento da mão de obra nos demais setores e atividades econômicas.

A atividade de Serviços de Informação cresceu 4,7% no 4º trimestre, inferior à média nacional, que variou 7,6%. Este subsetor manteve o desempenho demonstrado desde o início da série do Idecon/DF no 1º trimestre de 2012, com evolução acima das demais atividades do setor Serviços no DF. A demanda por serviços de telefonia móvel, acesso à internet e TV por assinatura continuam aquecidas. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS/IBGE), o DF obteve a 3ª maior variação da receita nominal na ramificação de Serviços de Informação e Comunicação, 11,5%, entre as 12 unidades da Federação pesquisadas, na comparação dos meses de dezembro de 2013 e 2012.

Ao longo de 2013, a atividade de informação acumulou incremento de 6,7% no DF e de 5,3% no Brasil. No mesmo período, o DF foi o primeiro no ranking das taxas de crescimento da receita nominal (11,3%).

O Comércio local cresceu 4,6% no último trimestre de 2013 e registrou a maior taxa desde o 3º trimestre de 2012 (8,4%). O índice

nacional do Comércio atingiu variação positiva de 2,9% no trimestre em questão, segundo o IBGE. No DF, o bom desempenho do Comércio mostra-se nos resultados de volume de vendas do comércio varejista, que alcançou, nos três últimos meses do ano, crescimento de 5,1%, 7,4% e 2,6%, respectivamente. Em 2012, as variações em outubro foram de 5,1%; novembro (-1,1%) e dezembro (-3,5%), conforme dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE). A temporada de liquidações foi antecipada, começando no final de 2013, contribuindo para a expansão das vendas.

Em 2013 o comércio local evoluiu 2,5% na comparação com o ano anterior, ficando exatamente no mesmo patamar do índice registrado para o Brasil. O volume de vendas no DF cresceu 2,8% nesse período e a receita nominal, 9,6%. De acordo com a PMC/IBGE, as maiores variações anuais ocorreram nos ramos de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 12,3%, Eletrodomésticos, 12,1%, e Combustíveis e lubrificantes, 7,8%. No ramo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas reduziu 1,5%, o que está associado à elevação dos preços dos alimentos no DF em 2013, com variação de 8,43%.

O desempenho da atividade da Administração, Saúde e Educação Públicas variou apenas 0,2% no 4º trimestre de 2013 em comparação ao mesmo trimestre de 2012. No acumulado do ano, a variação também foi de 0,2%, frente ao ano de 2012. Esse segmento responde por 54,41% da estrutura produtiva do DF e 58,38% na do setor de Serviços, impactando o indicador geral. O impacto da Administração Pública representou 0,13 p.p. do 1,2 do indicador geral do DF. No país, a Administração, Saúde e Educação Públicas cresceu 2,4% em relação ao mesmo período, segundo o IBGE.

O subgrupo Saúde Pública apresentou desempenho fraco nos últimos três meses de 2013, como ocorreu nos três trimestres anteriores, em relação aos mesmos períodos de 2012. Isso concorreu para a pequena variação positiva da atividade pública. O Governo do Distrito Federal autorizou concurso para contratação de profissionais na área da saúde.

A reduzida taxa da Administração Pública também pode ser explicada pela alta base de comparação do 4º trimestre de 2012, quando cresceu 4,1% em relação a 2011.

Em 2013 a Administração, Saúde e Educação Públicas cresceram 0,2% em relação a 2012, bem inferior aos 2,9% alcançados em 2012 na comparação com 2011. A média nacional ficou em 2,1% na comparação de 2013 com 2012, conforme o IBGE.

A Intermediação Financeira teve desempenho negativo de 1,3% no último trimestre de 2013, enquanto o índice registrado para o Brasil cresceu 1,1%.

A elevação das taxas de juros e a insegurança quanto à possibilidade de aumento inflacionário geraram no mercado um ambiente de maior cautela e rigor na concessão de crédito. A Selic foi elevada duas vezes no decorrer do 4º trimestre de 2013, em outubro, 9,5%, e novembro, 10,0%. A inflação global medida pelo IPCA, nos 12 meses de 2013, foi de 5,97% no DF, próximo à média nacional de 5,91%.

A população reduziu os financiamentos e regularizou as dívidas. Somente créditos com juros menores e prazos mais longos (consignado e imobiliário) continuam atraindo os consumidores. O endividamento das famílias contribuiu para inibir novos gastos.

Em 2013, a atividade de Intermediação Financeira aumentou 0,2% no Distrito Federal, na comparação com 2012, enquanto no Brasil cresceu 1,7% no mesmo período.

O agregado Demais Subsetores que corresponde às atividades de Alojamento e Alimentação, Atividades Imobiliárias e Aluguéis, Serviços Prestados às Famílias e Associativos, Serviços Prestados às Empresas e Serviços Domésticos, cresceu 3,2% nos 3^o trimestre de 2013 e 3,3% no acumulado do ano.

Tabela 1 - Idecon-DF: Série de variações trimestrais dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo período do ano anterior - 1^o trim./2012 ao 4^o trim./2013

ATIVIDADES ECONÔMICAS	2012				2013			
	1 ^o Tri	2 ^o Tri	3 ^o Tri	4 ^o Tri	1 ^o Tri	2 ^o Tri	3 ^o Tri	4 ^o Tri
Agropecuária	0,8	4,6	-4,9	-2,5	2,5	-0,1	-4,6	4,7
Indústria	7,2	4,4	2,4	7,7	1,6	1,8	1,6	3,6
Indústria de transformação	7,0	4,3	7,6	4,1	4,6	6,4	7,9	6,8
Construção civil	8,2	4,2	-1,1	9,0	-0,1	0,2	-0,9	3,0
Demais subsetores	2,6	5,2	7,4	10,8	5,3	1,0	1,9	0,1
Serviços	3,3	1,6	3,0	2,9	1,0	1,7	1,0	1,1
Comércio	4,5	3,2	8,4	2,5	1,5	3,0	0,8	4,7
Serviços de informação	8,2	8,4	7,3	6,1	9,5	7,0	5,8	4,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,9	1,6	-0,6	-3,3	0,3	2,9	-1,2	-1,3
Administração, saúde e educação públicas	4,2	0,7	2,5	4,1	-0,3	0,4	0,5	0,2
Demais subsetores	2,3	2,8	3,4	2,1	3,6	3,4	2,8	3,4
Indicador Geral	3,6	1,8	2,9	3,2	1,0	1,7	1,0	1,3

Fonte: Codeplan

INDÚSTRIA

Esse setor tem peso de 6,55% no PIB local e registrou avanço de 1,8% no 4^o trimestre de 2013, e de 1,7% no ano em relação a 2012. O Brasil cresceu 1,5% e 1,3% nos mesmos períodos.

A Indústria de Transformação representa 1,65% do PIB total e cresceu 6,1% no 4^o trimestre de 2013, em relação ao 4^o trimestre de 2012. Este resultado foi influenciado pela produção de alimentos e bebidas, produtos das indústrias gráficas, produtos de metal (principalmente latas para envasamento de bebidas) e produtos de minerais não metálicos (principalmente cimento). A alta do faturamento industrial em 2013 foi de 31,27% em relação a 2012, conforme dados da Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA-DF). Em 2013, essa atividade expandiu 6,2% em relação a 2012. A média brasileira foi de 1,9% na mesma comparação, de acordo com o IBGE.

A Construção Civil representa 4,19% do PIB local e cresceu 0,3% no 4^o trimestre frente ao mesmo período de 2012. Essa atividade, que representa 64% de toda a indústria do DF, é determinante para o desempenho geral do setor e puxou o resultado para baixo. A pequena taxa da atividade no trimestre deveu-se, em parte, à elevada base de comparação com o 4^o trimestre de 2012, 9,0%, em função do andamento de grandes construções, como o Estádio Mané Garrincha. No Brasil esse segmento cresceu 2,4% no mesmo período.

A redução dos negócios afetou o nível de empregos formais na construção, caindo 2,53% em 2013 (1.883 postos), o dobro dos 935 postos perdidos em 2012, conforme o Caged/MTE. Para impulsionar o setor, o GDF anunciou o programa "Acelera DF".

Em 2013, o setor permaneceu estável (-0,1%), em relação a 2012, quando cresceu 5% comparativamente a 2011. O número de novos empreendimentos no Distrito Federal diminuíram em 2013 (18); em relação à 2012 (38); e 2011 (56), segundo o Sinduscon-DF. O custo desse segmento acumulou alta de 6,9% nos 12 meses de 2013, conforme dados da FGV, superior à inflação do DF no período, de 5,97%.

Os Demais Subsetores que compreendem Indústria Extrativa Mineral e Energia, Água e Esgoto, cresceu 0,1% na comparação dos quatros trimestres de 2013 e 2012 e 2,1% na comparação anual dos mesmos anos.

Tabela 2 - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações anuais dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo período do ano anterior - 2013

ATIVIDADES ECONÔMICAS	2013	
	Idecon - DF	PIB - Brasil
Agropecuária	0,5	7,0
Indústria	2,2	1,3
Indústria de transformação	6,4	1,9
Construção civil	0,5	1,9
Demais subsetores	2,1	-
Serviços	1,2	2,0
Comércio	2,5	2,5
Serviços de informação	6,7	5,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,2	1,7
Administração, saúde e educação públicas	0,2	2,1
Demais subsetores	3,3	-
Idecon-DF / PIB-Brasil	1,2	2,3

Fontes: Codeplan e IBGE - Elaboração: Núcleo de Contas Regionais

AGROPECUÁRIA

Esse setor exerce pequeno impacto no desempenho global, pois responde por 0,25% do PIB local. No 4^o trimestre de 2013, cresceu 4,7% em relação ao mesmo trimestre de 2012 e no Brasil, 2,4%.

O índice do Distrito Federal deve-se à boa safra alcançada por algumas das principais culturas conforme dados do LSPA/IBGE. A produção do milho aumentou 22,3% de 2012 para 2013, com acréscimo de 10,9% na área plantada e de 10,3% no rendimento médio. A área do tomate expandiu em 124,5%, aumentando a produção em 106,8%. Já a produção da soja retraiu 13,6%, e a área plantada, 4,6%. A produção do feijão caiu 49,3% e a área plantada, 3,3%, em relação a 2012.

Em 2013, o índice médio do setor no Distrito Federal foi de 0,5% em relação a 2012 e o Brasil cresceu 7,0% no mesmo período.

(*) Sandra Regina Andrade Silva - Economista e Coordenadora do Núcleo de Contas Regionais da Codeplan

A inflação trimestral no DF foi de 0,83%, menor índice desde 2012

(*) *Newton Marques*

O índice oficial de inflação do Brasil (IPCA), divulgado pelo IBGE subiu 0,92% em março, elevando a taxa do 1º trimestre de 2014, para +2,17%, contra +1,94% em igual período de 2013. O acumulado em 12 meses chegou a 6,15%, o mais alto desde julho de 2013 (6,27%), aproximando-se do teto da meta de inflação de 6,5%.

Já o IPCA do DF teve o maior aumento mensal entre as 13 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, +1,92%, contrastando com as variações negativas observadas em janeiro e fevereiro. Assim, a taxa do 1º trimestre de 2014 acumulou +0,83%, contra +1,64%, observado em igual período de 2013. O acumulado em 12 meses elevou-se para 6,06%, o mais alto desde novembro de 2013 (6,11%).

Todos os grupos contribuíram positivamente para o aumento mensal do IPCA Brasil, exceto Comunicação (-1,26%), com destaque para Alimentação e Bebidas (+1,92%) e Transportes (+1,38%), que juntos representaram quase 80% dos 0,92% obtidos. O grupo dos Alimentos sofreu pressões da seca em várias regiões produtoras do país, pressionando produtos tais como tomate (+32%); batata (+35%); feijão (+11%); ovos (+8%); leite (+5%), e carnes (+2,25%). O grupo Transportes sofreu pressão da elevação dos preços das passagens aéreas (+26,49%), com impacto de 0,12 p.p. no IPCA de março. Também foram fontes de pressão: etanol (+4,07%); gasolina (+0,67%); e, ônibus urbanos: 2,74% (com o reajuste de 9% no Rio de Janeiro).

Em 12 meses, os grupos que tiveram as maiores acelerações em março, foram Transportes, que passou de 1,61% em fevereiro para 3,10%, e Alimentação, de 6,32% em fevereiro, para 7,14%. Observa-se que dos 10 grupos que compõem o IPCA Brasil, seis já estão variando acima dos 7%, com dois grupos (Despesas Pessoais e Educação), beirando os 9%.

Com relação ao comportamento da inflação mensal do DF em 2014 observou-se que tem sido diferente do que tem acontecido nas

demais 12 regiões metropolitanas, nos meses de janeiro e de fevereiro tiveram queda mensal do IPCA de -0,07% e -0,12%, respectivamente. As maiores contribuições para essas reduções nos dois primeiros meses de 2014 consistiram na combinação das variações dos grupos Alimentação e Bebidas, Transportes e Habitação, os quais representam quase 60% do índice e que compensaram os aumentos dos demais grupos. Já em março, houve uma mudança brusca, com o aumento de 1,92% no IPCA-DF, pressionado pela forte elevação do grupo Transportes (+5,45%); Alimentos (+1,82%); Habitação (+1,78%), e Vestuários (+1,71%). As passagens aéreas no DF aumentaram 51,65%. Como têm peso de 1,84%, provocaram impacto de 0,95 p.p. no IPCA-DF (quase metade do índice).

O Grupo dos Alimentos foi pressionado pela alta dos tubérculos, raízes e legumes (+25,35%); aves e ovos (+2,42%), açúcares e derivados (+2,54%), e cereais, leguminosas e oleaginosas (+2,64%), entre outros. O Grupo da Habitação foi pressionado por todos os subitens (aluguel e taxas, reparos, combustíveis domésticos, que subiram mais de 1% no mês), e com destaque da elevação da Energia Elétrica (+2,22%). Por último, o Grupo Vestuários, foi pressionado pela elevação dos preços de roupas de todos os gêneros, com mais de 1,5%.

Em 12 meses, os grupos da Saúde e Cuidados Pessoais, Educação e Comunicação, foram os únicos a apresentarem desaceleração em março de 2014. No entanto apresentaram aceleração: Vestuário que passou de 2,12%, em fevereiro, para 4,72% em março, e Transporte, -1,77%, para 4,99%, itens que evoluíram fortemente em igual período. O único grupo que tem variado acima dos 10% é Despesas Pessoais, que atingiu 10,31%, em fevereiro, e 10,53%, em março, pressionado pelos aumentos da Recreação e Serviços Pessoais (empregados domésticos, cabeleiros, manicures, costureiras etc.).

(*) *Newton Marques* - Economista e Coordenador do Núcleo de Análise de Índices de Preços da Codeplan

Grupos	IPCA-DF var % mar/14	IPCA-DF var % 1º trim/14	IPCA-DF var % 12 m	IPCA Brasil var % 12 m
GERAL	1,92%	1,72%	6,06%	6,15%
Alimentação/Bebidas	1,82%	2,61%	5,60%	7,14%
Habitação	1,78%	1,71%	6,58%	7,35%
Artigos de Residência	0,66%	3,10%	6,77%	7,29%
Vestuário	1,71%	1,77%	4,72%	4,94%
Transportes	5,45%	-0,36%	4,99%	3,10%
Saúde/Cuid.Pessoais	0,46%	1,30%	6,03%	6,90%
Despesas Pessoais	0,57%	2,61%	10,53%	8,98%
Educação	0,24%	6,99%	8,44%	8,72%
Comunicação	-1,41%	-1,43%	0,20%	0,25%

Fonte: IBGE

Viver só, sem filhos ou com a família

Tornou-se comum na classe média de Brasília adotar novas formas de se viver

(*) Valda Queiroz

Famílias multigeracionais ou estendidas são aquelas cujos filhos continuam a conviver com os pais; lares impessoais são constituídos por pessoas que moram sozinhas e casal com dupla renda sem filhos (*double income no kids - dink*). Estes são os novos e modernos arranjos domiciliares, distantes do modelo tradicional, que entraram recentemente nas linhas de pesquisa do Laboratório de População e Desenvolvimento (LPD)** da Universidade de Brasília (UnB). A professora da UnB e coordenadora do LPD, Ana Maria Nogales Vasconcelos, informa que em Brasília, principalmente nas áreas de alta renda, predominam essas novas formas de viver com os pais, sem filhos, ou só.

Nogales explica o perfil dos componentes dessas categorias: os unipessoais podem ser formados por jovens adultos (homens e mulheres), funcionários públicos, boa remuneração, grandes consumidores que optam por morar em pequenos *flats* na orla do Lago ou nas quadras 700 do Plano Piloto. Em geral, são os novos concursados oriundos de outros lugares, separados/divorciados e, em menor escala, aposentados.

Fabiana Gomes Carvalho, 32 anos, jornalista, funcionária pública, editora de mídias sociais. Mora sozinha há cinco anos em um *flat* que representa um novo conceito de habitar. “Alia praticidade, funcionalidade, está próximo da Esplanada dos Ministérios e à beira do Lago Paranoá” resume Fabiana. São 31 m² com projeto e decoração assinados por arquiteto, condomínio baixo, piscina e academia. Os serviços *pay per use* pagos à parte, incluem camareira, limpeza e *long stay* para hóspedes temporários. “Temos os mesmos serviços de hotel com a diferença de que podemos dar nosso toque personalizado”. Prova disso é a sua preferência pela cultura pop, estampada pelos ambientes: na geladeira vários ícones - entre eles Andy Warhol, Marilyn Monroe, na parede, o poster de Roy Lichtenstein. Os filmes preferidos são Amélie Poulain e Francis Ha, e a musa é Amy Winehouse. A jornalista não tem filhos e já escreveu um livro: “Adoráveis homens errados”, disponível no site: www.adoraveishomenserrados.com.

Outro jovem que mora sozinho - numa quitinete no Centro Administrativo (CA) do Lago Norte - é o economista, servidor público, bacharel em Direito e



modelo nas horas vagas, Ulisses de Souza Cavalcante, 39 anos. Pós-graduado pela Universidade Cândido Mendes, teve sua dissertação transformada em livro: “A Reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Em questão, a defesa dos Direitos Humanos, Intervenção Humanitária e Segurança Internacional”. Recém-separado, para ele a opção de morar nesse local é “porque tem muitas facilidades, supermercado, shopping, lavanderia, restaurante por perto e está muito próximo do Plano Piloto. Com isso, tenho certa independência e liberdade”, diz. Ulisses não esqueceu de dizer que também ganha tempo para fazer o curso do exame da OAB e estudar inglês à noite.

A outra categoria, segundo Nogales, o *dink*, casal que se enquadra na mudança de cultura, em que a mulher,



ao entrar no mercado de trabalho, vai adiando a gravidez. O tempo passa, chegam os 40 anos e a vida está de tal modo organizada que não cabe mais ter filhos. Por outro lado, diante do alto custo para se criar e educar filhos, alguns casais optam por adotar um animal de estimação, o que lhes parece mais prático e barato.

A professora da UnB e pesquisadora Leides Moura completa o raciocínio dizendo que esses casais sem filhos, ao adotar um animalzinho, estão suprindo uma necessidade intrínseca do ser humano - maternidade e paternidade. Leides ainda observa que é comum esses casais por opção terem cães ou gatos como companheiros no dia a dia. Uma cena inusitada foi observado por Ana Maria Nogales, num final de semana, em um shopping da Capital: uma família almoçava na praça de alimentação acompanhada do cachorrinho que comia sua ração.

Viver muito bem sem filhos há 25 anos é a opção do casal Alexis e Luzia Nogueira, que moram no Sudoeste e são funcionários públicos. Segundo ele, com as atividades profissionais, de lazer e viagens (a cada dois anos saem do país), o tempo foi passando, resistiram às pressões da família por mais herdeiros, e sempre que Luzia falava em filhos, Alexis chamava os sobrinhos para movimentar a casa. Mas a paixão mesmo, há quatro anos, é pela beleza e docilidade dos pássaros calopsitas. Ele explica que “os machos cantam muito até arrumar uma parceira, aí se desligam do dono. Podem também aprender a falar como os papagaios. As fêmeas vivem atrás da gente soltas pela casa”. Quando viajam, os calopsitas os acompanham. Na casa de campo deles no interior de São Paulo “os passáros não ficam soltos na natureza, pois picam tudo que encontram e podem se intoxicar com alguma planta”.

Já as famílias multigeracionais ou estendidas, para Leides Moura, se organizam com a recente transformação domiciliar. Se antes o lar era apenas abrigo interno, hoje ele também representa, uma estratégia inteligente de sobrevivência para muitos filhos. A pesquisadora acrescenta que “os jovens concurseiros são comumente encontrados nessas famílias, porque ficam de três a cinco anos estudando na casa dos pais. Quando passam no primeiro concurso, começam a trabalhar e a se preparar para o próximo. Eles estão em permanente busca não vocacional, mas financeira”.

Para Ana Maria Nogales, “a condição deles é de tal forma árdua que exige no primeiro concurso dedicação exclusiva. O jovem pensa exclusivamente em investir no futuro, missão na qual a família toda se engaja. Concurseiro não é uma profissão, mas os que são tornam-se profundos conhecedores de novos editais. Brasília tem uma ‘verdadeira indústria’ de preparo para concursos, dadas as fortes oportunidades de estabilidade no serviço público”.



Bruno Moura, 26 anos, sociólogo, estudante de Direito, mora com os pais no Jardim Botânico, é filho de uma professora da UnB e de um pastor evangélico. Bruno diz que não pretende se mudar: “tenho uma frustração interna de não ter chegado aonde quero, na verdade meu objetivo final está em construção”. Ele já fez oito concursos ao longo de três anos, e distanciou-se de sua formação: “o mercado oferece poucas chances até mesmo para um Mestre em Sociologia”. Estar na condição de concurseiro, na sua opinião, é entrar em uma



zona cinzenta: “não somos alunos, nem profissionais, acabamos perdendo a identidade. Mas, hoje estou próximo da meta”. Passou no concurso do IBRAM, espera ser chamado para o posto de escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal e diz que não vai parar por aí: “Quero ser delegado e depois entrar para o Ministério Público”.

(*) *Valda Queiroz* - Jornalista da Codeplan.

(**) *OLPD do Núcleo de Estudos Urbanos Regionais é vinculado ao Programa de Pós-graduação Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB).*

Artesanato local reproduz a cultura de Brasília em peças artísticas

Beneficiados por projeto do Sebrae, artistas da cidade ganham destaque e potencializam negócios

(*) Nathália Borgo

O artesanato do Distrito Federal está em voga com os grandes eventos agendados para Brasília. Os produtos valorizam a cultura local e consolidam a atividade como economicamente sustentável. Visando contribuir para o desenvolvimento do setor, o Sebrae no DF vem beneficiando artistas da cidade por meio do projeto Expoart. Em 2013, a iniciativa atendeu 230 artesãos, que participaram de capacitações, Rodadas de Negócios, feiras e exposições.

Um dos destaques do projeto foi o showroom Expoart - Brasil Original, realizado no ParkShopping, durante o mês da Copa das Confederações, em junho do ano passado. Foram expostas mais de 4,5 mil peças, em 30 dias de exposição. A divulgação dos produtos resultou na comercialização de aproximadamente R\$ 250 mil. “Além do lucro gerado com a venda dos artigos, muitos negócios foram fechados após a aproximação entre compradores e expositores”, conta a gerente da Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio do Sebrae no DF, Maria Auxiliadora França.

Outro destaque do trabalho em prol dos artesãos foi o Estudo Iconográfico encomendado pelo Sebrae para incentivar o uso da iconografia no DF. A técnica permite a confecção de artigos inspirados em ícones da capital federal, como a Catedral e o Museu Nacional, além da fauna e flora típicas do Cerrado. No total, oito oficinas com essas tipologias reuniram 265 produtores, que produziram peças com maior valor agregado. Os produtos foram apresentados durante o pré-lançamento do Estudo, no 2º Seminário Brasil Original, realizado em novembro. O evento reuniu também talentos da arte e do design, como Malba Aguiar, Giulio Vinaccia, Lídia Goldenstein e Hans Donner.

Ainda dentro do escopo do Expoart, aparece a participação dos artesãos em eventos como a Casa Cor Brasília, a 23ª Feira Nacional de Artesanato e o Salão



Foto: Vinicius Loures

Internacional do Distrito Federal, que possibilitaram a abertura de novos negócios.

Artesanato em 2014

Este ano, para aproveitar o movimento dos turistas que estarão em Brasília, a exposição Expoart - Brasil Original será novamente realizada no ParkShopping, de 1º de maio a 30 de junho. Na Praça Central, em 400 metros quadrados, 90 expositores divulgarão seus produtos.

Quem passar por lá, também vai poder conferir a atração Fazer Artesanal, na qual profissionais vão produzir, ao vivo, suas criações. O ceramista Paulo de Paula e a bordadeira Dirce, que utilizam ícones como o lobo-guará, o tamanduá-bandeira e os ipês do DF em suas peças, já estão confirmados. “Nosso objetivo é reposicionar o artesanato com as características e a cultura do local, para reforçar a riqueza da nossa região”, afirma Maria Auxiliadora. Ela acrescenta, ainda, que também estão previstas para 2014, missões técnicas com o intuito de proporcionar acesso aos mercados e mais comercializações ao setor.

(*) Nathália Borgo - Jornalista do Sebrae

Solteiros representam quase 40% da população do Distrito Federal

(*) Iraci Peixoto

Na faixa entre 19 e 29 anos o percentual de solteiros chega a 60% no DF. No Lago Norte, nessa mesma faixa etária, o índice de solteiros chega a 74,4%. Já do total de solteiros, apenas 3% moram só, cerca de 24 mil pessoas

O estado conjugal, assim como o fato de permanecer solteiro, está relacionado a escolhas individuais, mas é também fruto da educação, das convicções religiosas e da cultura da população, além das condições socioeconômicas. Atualmente se observa maior liberdade antes do casamento, o que também têm contribuído para o adiamento da união conjugal.

Em 2011 o número de solteiros de 14 anos e mais no Distrito Federal, conforme Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), era de 820.098, representando 39,96% da população total. Em 2004, este percentual era de 28,9%, o que vem consolidando mudança cultural e na estrutura familiar.

O maior número de solteiros se encontra em Ceilândia, Samambaia e Taguatinga, regiões administrativas de maior população, totalizando 255.556 pessoas, quase um terço dos solteiros. Em termos percentuais, sobressai o Setor de Indústria e Abastecimento, com 46,99% da população, região essencialmente comercial, onde as pessoas residem próximos ao local de trabalho. Em seguida vem o Paranoá, com 45,76% e Riacho Fundo, 43,73%. O menor percentual de solteiros é encontrado no Sudoeste/Octogonal (31,27%) e Águas Claras (33,70%), regiões criadas recentemente, que tem se mostrado como as mais atraentes para casais jovens.

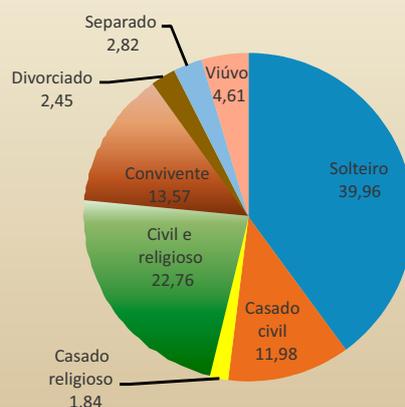
A população solteira feminina sobressai, representando 51,5% contra 48,5% do sexo

oposto, mostrando comportamento similar à verificada no total da população do DF, 52,5% e 47,5%, respectivamente. No entanto, em nove das 30 regiões administrativas existentes em 2011, o número de homens solteiros é maioria, sendo mais representativo na RA Estrutural (53,2%) e em Vicente Pires (52,0%). Por sua vez, no Sudoeste/Octogonal e no Núcleo Bandeirante, encontram-se os menores percentuais de homens solteiros (43%).

A distribuição dos solteiros, homens e mulheres, por faixa etária, mostra que a maioria encontra-se na faixa de 19 a 39 anos, representando 59,3% no Distrito Federal. Nas regiões onde a população é mais jovem, este percentual é menos significativo como na Estrutural e em Itapoã alcançando apenas 44%. Já no Lago Norte este percentual chega a 74,4%, devido, entre outros fatores, ao contingente reduzido de jovens e ao grande percentual de solteiros na faixa etária entre 19 a 39 anos. Além da construção de novas quitinetes na região que se tornaram atrativas para população solteira e que mora só.

Os jovens adolescentes de 14 a 18 anos representam pouco mais de um quarto, chegando nas regiões mais novas e de menor poder aquisitivo, como

Gráfico 1 - Estado Civil/Conjugal- Distrito Federal - 2011



Fonte: Fonte; Codeplan - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - 2011

Estrutural e Itapoã, a quase metade, cerca de 47%.

O número de solteiros idosos é pouco representativo no Distrito Federal, não chega a 3%. Essa categoria encontra-se principalmente nas regiões mais antigas como Brasília/Plano Piloto, Taguatinga e Gama, justamente onde o percentual de idosos também é mais significativo, no entanto, não ultrapassa 5%.

Na análise dos dados de escolaridade entre as regiões administrativas, destaca-se que 39,4% dos solteiros têm o ensino médio completo. Os de nível superior representam 16,5%.

A população solteira do Distrito Federal é predominantemente católica (62,9%), tendência verificada em todas as regiões administrativas, exceção na Estrutural, onde se observa paridade com os evangélicos. A religião evangélica é professada por 26,9% dos solteiros. Este comportamento religioso reflete o observado para a população total do DF, em que os católicos representam 61,8% e os evangélicos 27,9%. Os que não têm qualquer religião representam 5,4% enquanto na população total são 4,8%.

Quanto à ocupação, 49,1% dos solteiros têm atividade remunerada e 29,9% são apenas estudantes. Já entre os não solteiros esse percentual chega a 53,9% e 0,8% são estudantes.

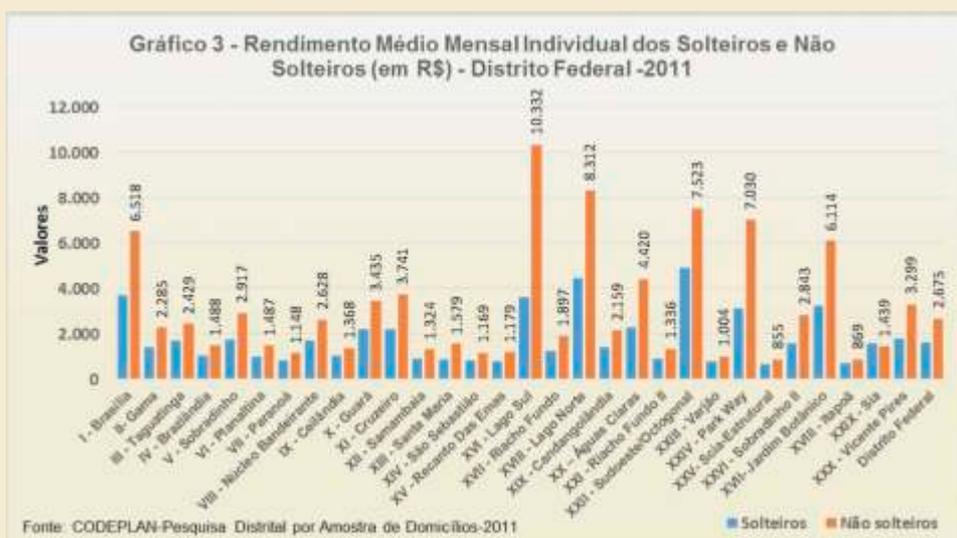
A diferença entre os rendimentos médios mensais de solteiros e não solteiros varia entre as regiões administrativas. Enquanto os solteiros ganham R\$ 1.621,36, os não solteiros (casados, separados, conviventes e viúvos) recebem

R\$ 2.674,00. No Lago Sul, região de maior poder aquisitivo, os solteiros ficam com apenas 35% dos rendimentos dos não solteiros e nas regiões de menor poder aquisitivo esse percentual é de 80% (Itapoã, Varjão e Estrutural).

Já os solteiros que moram só, ganham em média, mais que o dobro dos que moram com a família, R\$ 3.633,81 contra R\$ 1.531,74, respectivamente, e as diferenças são ainda maiores nas regiões de maior poder aquisitivo, enquanto tendem a igualar-se nas de baixa renda. Este comportamento é previsível, uma vez que justamente um maior rendimento leva à independência financeira e incentiva, principalmente os solteiros jovens, a realizar o sonho de terem o seu próprio domicílio.

Em suma, o perfil do solteiro do Distrito Federal é muito similar ao conjunto da população total e sua distribuição nas regiões administrativas, no que se refere a sexo, grau de instrução e religião. No entanto, apresenta substanciais diferenças em relação a ocupação e ao rendimento, devendo ser considerado o fato de que a idade média dos solteiros é menor do que a dos não solteiros, assim como a experiência profissional.

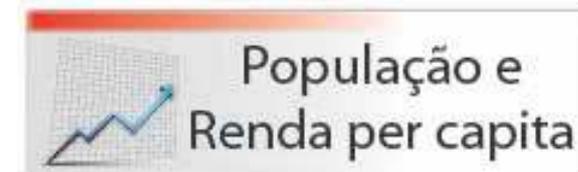
(*) Iraci Peixoto - Economista da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).



www.codeplan.df.gov.br

Acesse. Informe-se.

Publicações técnicas, estudos e pesquisas sobre Brasília e a Área Metropolitana.



Publique na revista **Brasília em debate**

A revista **Brasília em debate**, além dos conteúdos próprios, tem a colaboração de economistas, professores, pesquisadores, cientistas políticos e sociais, entre outros especialistas. Os textos (artigos, opiniões, resenhas literárias) trazem prioritariamente abordagens da conjuntura econômica e social do DF, aspectos populacionais, sustentabilidade ambiental, planejamento urbano e territorial. A **Brasília em debate** tem registro no ISSN. Seja bem-vinda sua colaboração.

Normas para publicação e remessa de textos

- Todo texto deve ser original e escrito em português e será submetido à apreciação do Conselho Editorial.
- A Coordenação Editorial reserva-se o direito de revisar, sugerir títulos, formatar tabelas e ilustrações, e fazer outras intervenções, com base nas normas de redação e manuais de jornalismo, sem prejuízo do conteúdo técnico.
- Autores terão direito a 10 exemplares da Revista, podendo ser mais desde que haja entendimento prévio com a Codeplan.
- Fonte no editor de texto: Times New Roman, tamanho 11, espaço simples.
- Número de caracteres (incluindo tabelas e ilustrações):
 - Artigos: 15 mil (ou 3 ½ páginas)
 - Pontos de vista e Opiniões: 3 mil
 - Resenhas: 3 mil
- É permitida a coautoria para Artigos.
- As informações do autor devem estar expressas em nota de rodapé - nome e sobrenome, formação acadêmica, instituição a que pertence (e-mail, telefone e endereço para contatos).
- Tabelas, quadros, ilustrações, fotos, desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, mapas, gráficos etc. devem estar numerados com algarismos arábicos na ordem em que foram citados, com legendas e fontes.
- Ilustrações devem ser originais, tabelas, quadros e gráficos em Excel.
- Fotos devem ser enviadas em alta resolução - 300 dpi -, cor real, inclusive a foto do autor.
- As notas explicativas de rodapé devem ser curtas, numeradas em ordem sequencial e citadas na mesma página.
- As citações de até três linhas devem conter aspas na sequência do texto. Se ultrapassarem esse limite, devem constar em parágrafo próprio, recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).
- As referências bibliográficas devem seguir também as normas da ABNT (NBR 6023).

www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br

**Brasília oferece experiências incríveis.
E estampas lindas também.**

SHOWROOM BRASIL ORIGINAL

DE 1º DE MAIO A 30 DE JUNHO • PARKSHOPPING • DAS 10 ÀS 22 HORAS

O Sebrae apoia, orienta e ajuda a dar visibilidade a artistas e artesãos da nossa cidade. Foi pensando nisso que surgiu o Showroom Brasil Original. Um ambiente que valoriza o nosso design, arquitetura, cultura, fauna e flora, em formas incríveis. Surpreenda-se com os ícones mais populares da Capital Federal como você nunca viu. Tenha novamente a sensação de ver Brasília pela primeira vez.

- Mestres artesãos fabricando peças na hora
- Exposição e venda de peças de vários estados
- Mosaico Brasil: exposição do programa Sebrae 2014

The logo for Sebrae, featuring the word "SEBRAE" in a bold, white, sans-serif font. Above the letters "E", "B", and "R" are three horizontal white bars of varying lengths, creating a stylized graphic element. The logo is set against a dark grey, rounded rectangular background.